



Relatório de Atividades 2020



Expediente

Governador do Estado
Eduardo Leite

Secretário de Estado da Fazenda
Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário Adjunto da Fazenda
Jorge Luis Tonetto

Contador e Auditor-Geral do Estado
Rogério da Silva Meira

Subsecretários Adjuntos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Gilberto Fonseca Raymundo
Carlos Geminiano Rocha Rodrigues
Antônio Carlos Ferreira Kehrwald

Coordenação de Gabinete
Viviane Wagner

Chefes de Divisões

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)
Jociê Rocha Pereira

Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)
Eduardo de Oliveira Garcia

Divisão de Informações Estratégicas (DIE)
Liege Munhós de Campos

Divisão de Estudos e Orientação (DEO)
Cristiano Martyniak de Lima

Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)
Felipe Severo Bittencourt

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
Sílvia Lauer

Assessorias

Assessoria de Planejamento
Marcus Guttler Pizzato
Mayara Gielow

Assessoria de Comunicação
Fernando Beltrão de Castro Jobim
Gisele Gonçalves



Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

Apresenta-se o Relatório de Atividades, relativo ao ano de 2020, em especial, à sociedade gaúcha e ao Governo do Estado, a fim de que bem possa ser conhecido e avaliado o quanto a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) atuou, nesse período, para cumprir a magna missão que lhe foi constitucionalmente conferida.

A gestão do sistema de controle interno do Estado constitui múnus de elevada complexidade, tendo-se em conta, sobretudo, a expressiva estrutura e o patrimônio da Administração Estadual, o volume de transações que realiza em cada exercício, e os recursos que movimenta para tanto. Tal estrutura compreende, atualmente, 37 órgãos, 62 fundos especiais, 10 autarquias, 12 fundações, e 18 empresas. Desconsiderados os saldos dessas últimas, ao final de 2020, os ativos patrimoniais totalizaram R\$ 62,6 bilhões; e os passivos, R\$ 302,2 bilhões; enquanto que, no exercício, foram registrados R\$ 64 bilhões em receitas, e R\$ 64,6 bilhões em despesas. Isso tudo foi ou está submetido, em alguma medida, a determinados controles, cujo fortalecimento cabe à Cage promover e/ou assegurar.

No intuito de lograr ainda mais efetividade no desempenho das macrofunções de contabilidade, controladoria, auditoria e orientação, o Órgão dedicou-se, em 2019, a definir o seu mapa estratégico para o quadriênio que findará em 2022, processo esse em que reafirmou seu propósito e missão nos seguintes termos:

Propósito: Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha.

Missão: Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social.

Assim como no ano anterior, o referido mapa estratégico orientou a elaboração do planejamento das metas e ações para 2020, atividade que também se buscou aperfeiçoar, a fim de que fossem alcançados maiores níveis de otimização da sua força de trabalho e demais recursos.

Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

Os principais resultados obtidos no período, além de informações quanto à história, à estrutura e ao quadro de pessoal da Cage são descritos, pois, neste Relatório, o qual é apresentado sob os seguintes tópicos:

Planejamento

Transparência e Controle Social

Inovação e Qualificação

Comunicação

**Orientação, Controle Interno,
Contabilidade e Auditoria**

Pessoas

Cabe ressaltar que as seis Divisões integrantes de sua estrutura desempenham atividades rotineiras, inadiáveis e imprescindíveis à gestão do Estado. Não obstante e sem exceção, tais Unidades incumbiram-se de prosseguir e/ou finalizar projetos estruturantes, seja para a otimização de processos ou para o fortalecimento de controles.

O conjunto dessas realizações certamente constitui motivo de orgulho a todos os colaboradores que compuseram a força de trabalho da Cage no período em tela. A todos, manifesto meu agradecimento pelo comprometimento e pela competência demonstrados na busca de soluções ainda mais efetivas para a qualificação do sistema do controle interno do Estado

Rogério da Silva Meira,
Contador e Auditor-Geral do Estado do RS

Sumário

- 3 Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado
- 4 Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado
- 7 A Cage
- 8 Linha do Tempo
- 9 Reestruturação
- 10 Estrutura Organizacional

Planejamento

- 12 Mapa Estratégico
- 13 Gestão Integrada
- 14 Gestão Integrada
- 15 Projeto de Reestruturação
- 16 Conselho Superior da Cage
- 17 Reuniões Estratégicas

Inovação e Qualificação

- 19 Manual de Auditoria
- 20 Aprimoramento Gerencial
- 21 Execução Despesa e Receita
- 22 FPE Mobile
- 23 Execução Despesa e Receita
- 24 Melhorias no Sistema FPE

- 25 Melhorias no Sistema FPE
- 26 Qualificação das Ações de Controle
- 27 Auditoria Eficiente
- 28 Modernização de Processos
- 29 Qualificação Contábil
- 30 Qualificação Contábil
- 31 Projeto Aderência à Lei das Estatais
- 32 Projeto Aderência à Lei das Estatais
- 33 Projeto Avaliação da Governança

Orientação, Controle Interno, Contabilidade e Auditoria

- 35 Regulamentação da Lei Estadual Anticorrupção
- 36 Balanço Geral do Estado
- 37 Controle da Administração Direta
- 38 Controle da Administração Direta
- 39 Controle da Administração Indireta
- 40 Benefícios Gerados
- 41 Cage Gerencial
- 42 Cage Gerencial
- 43 Projeto Mina
- 44 Capacitação Grupo Setorial de Custos (GSC)

Sumário

45	Gestão do Conhecimento
46	Guia de Lançamentos Contábeis
47	Normativos
48	Sincage
49	Plantão Casp
50	Orientação e Comunicação
51	Atualização do Conhecimento
52	Conhecimento Compartilhado
53	Conhecimento Compartilhado
54	Pesquisa de Satisfação
55	Pesquisa de Satisfação
56	Grupos de Trabalho
57	Grupos de Trabalho
58	Grupos de Trabalho
59	Cage no Conaci
60	Cage e Conaci

Transparência e Controle Social

62	RS Contábil
----	-------------

63	Portal Transparência RS
64	Transparência Covid-19 no RS
65	Lei de Acesso à Informação
66	Portal Convênios e Parcerias RS
67	Convênios e Parcerias

Comunicação

69	Assessoria de Comunicação
70	Assessoria de Comunicação
71	Assessoria de Comunicação

Pessoas

73	Pessoas
74	Evolução do Quadro
75	Audidores da Cage
76	Técnicos da Cage
77	Capacitação
78	Capacitação Interna
79	Eventos
80	Cage: novas conexões, para novas façanhas



A Cage

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é órgão central do sistema de controle interno do estado do Rio Grande do Sul, com funções institucionais junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado (TCE). A Cage desenvolve atividades nas áreas de Controladoria, Contabilidade, Auditoria, Integridade e *Compliance*, englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.

1948

Nascimento

Criada em 28 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, a Contadoria - Geral do Estado nasceu com intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade às informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria já exercia, à época, funções típicas de controle interno, como colaboração com o Tribunal de Contas.

1949

Avanço

A Lei nº 731 criou o quadro de pessoal da Cage, inicialmente composto por contadores, guarda-livros e auxiliares de contabilidade.

1970

Criação do Sistema de Contabilidade e Auditoria do RS

Foi instituído, após 22 anos de criação da Contadoria-Geral do Estado, por meio do Decreto nº 20.193 de 1970, o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do RS, que tinha como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A ocasião marcou a mudança de denominação do órgão, e institucionalizou a função de auditoria com a criação da Divisão de Auditoria.

1989

Constituição Estadual

A Constituição Estadual, promulgada em 3 de outubro de 1989, em seu artigo 74, atribuiu à Cage a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno do RS. Determinou, ainda, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes estaduais, o que é uma peculiaridade da Constituição gaúcha.

2010

Lei Orgânica

Publicada a Lei Complementar nº 13.451, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, estabelecendo suas funções institucionais e organização, e disciplina o regime jurídico do cargo da carreira de auditor do Estado.

Reestruturação

O Decreto nº 55.290/2020 (publicado no Diário Oficial do Estado em 4/6/2020 - revogando o Decreto nº 47.590/2010) dispôs sobre a estrutura básica da Secretaria da Fazenda e aprovou seu Regimento Interno. Foram alteradas, no âmbito da Cage, conforme art. 3º (inciso IV), a nomenclatura de duas das suas seis Divisões. A Divisão de Tecnologia e Projetos (DTP) foi rebatizada Divisão de Tecnologia da Informação (DTI). Já a Divisão de Custos e Controles Especiais (DCC) foi renomeada Divisão de Informações Estratégicas (DIE). Contudo, a mudança mais significativa ocorreu a partir da Portaria Sefaz nº 26/2020 (publicada no DOE em 20/8/2020 e republicada em 17/9/2020), que dispôs sobre a estrutura das Divisões, prevista no Decreto supracitado, e estabeleceu as competências das suas unidades administrativas. Atos pertinentes à Cage estão descritos no artigo 13 ao artigo 19.



Divisão de Estudos e Orientação (DEO)

Instituída Seção de Integridade Corporativa e Combate à Corrupção (SICCC) e atribuída às seguintes competências:

- Disseminar a cultura de integridade e governança no âmbito do controle interno, propor normatizações e treinamentos, e produzir material sobre o tema;
- Normatizar a metodologia de avaliação dos Programas de Integridade empresariais nas contratações de que trata o artigo 37 da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, e realizar as respectivas avaliações;
- Propor a instauração de Processos Administrativos de Responsabilização de que trata a Lei nº 15.228/18, a avocação daqueles já instaurados, quando aplicável, e participar dos respectivos processos;
- Propor a normatização de procedimentos relacionados à apuração, à condução e à auditoria nos Processos Administrativos de Responsabilização.

Nova estrutura da DEO

Seção de Estudos e Normatização	Seção de Integridade Corporativa e Combate à Corrupção	Seção de Orientação
---------------------------------	---------------------------------------------------------------	---------------------



Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

Criada a Seção de Transparência (ST) e conferida às seguintes competências:

- Gerenciar o Portal Transparência RS e o aplicativo Plataforma de Informações de Livre Acesso à Sociedade - PILAS R\$, realizar sua revisão permanente, bem como prestar suporte técnico e orientativo aos seus usuários;
- Propor e implementar melhorias tecnológicas e de processos, com objetivo de facilitar a navegação, consulta e extração de dados e informações, e de ampliar o acesso aos dados da Administração Pública Estadual;
- Aplicar políticas para garantir a tempestividade, disponibilidade, integralidade, consistência e padronização dos dados disponibilizados;
- Acompanhar as exigências legais da temática de transparência pública;
- Participar de eventos e de capacitações cuja temática seja a transparência de informações públicas.

Nova estrutura da DTI

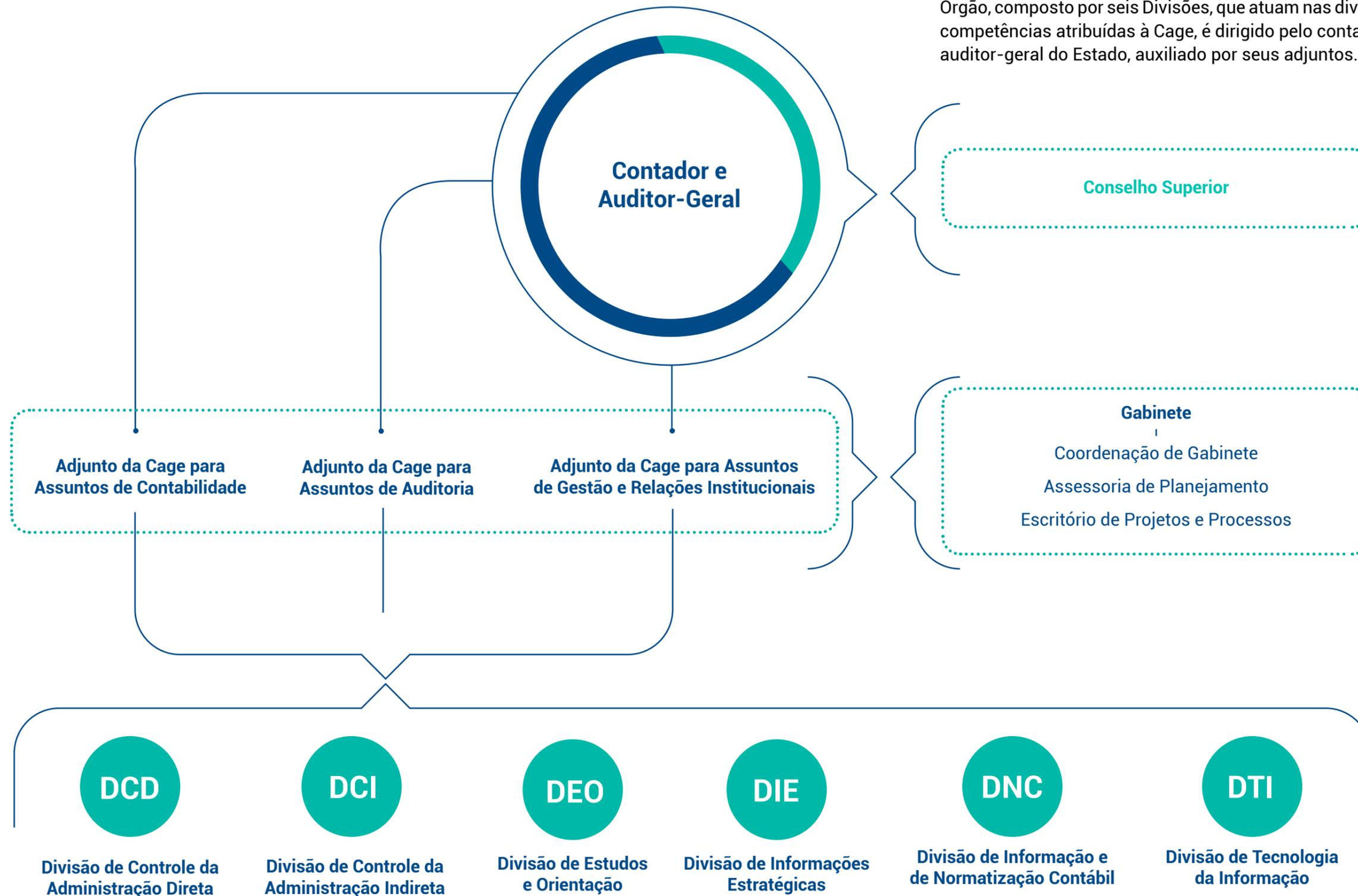
Seção de Projetos e Gerenciamento de Sistemas	Seção de Suporte Técnico e Orientação a Usuários dos Sistemas	Seção de Transparência
-----------------------------------------------	---------------------------------------------------------------	-------------------------------

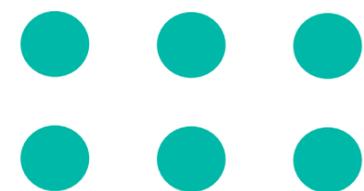
Sobre

Os Decretos nº 47.290/2010 e nº 55.290/2020, assim como a Portaria Sefaz nº 26 de 2020, estão disponíveis para consulta no Sistema de Informações da Cage (Sincage), no endereço eletrônico: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Home.aspx>

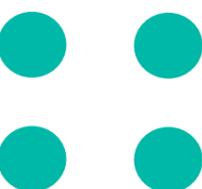
Estrutura Organizacional

Na estrutura organizacional do Estado, a Cage é uma das três subsecretarias integrantes da Secretaria da Fazenda. O Órgão, composto por seis Divisões, que atuam nas diversas competências atribuídas à Cage, é dirigido pelo contador e auditor-geral do Estado, auxiliado por seus adjuntos.





Planejamento



Mapa Estratégico



MAPA ESTRATÉGICO 2019/2022

➤ PROPÓSITO

Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha

➤ MISSÃO

Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social

➤ VISÃO

Ser uma instituição de excelência reconhecida pela sociedade e pela Administração Pública como indutora da boa gestão e promotora de transparência e integridade



Ética | Transparência | Inovação | Engajamento | Cooperação | Efetividade | Valorização das Pessoas | Autonomia Técnica

Gestão Integrada

Os projetos de Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria (MINA), Implantação da Lei Estadual Anticorrupção (Lei nº 15.228/2018), Cartão de Pagamentos e Portal da Transparência Unificado avançaram com importantes entregas desde a apresentação no Relatório de Atividades de 2019 da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage). Essas iniciativas, para as quais a Cage participa, compõem o portfólio de objetivos estratégicos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), para gestão 2019/2022. Sendo que, as duas primeiras integram também o conjunto de ações estratégicas do Governo do Estado.

Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria (MINA)



Entregas

- Início da operação do painel relacionado às despesas de água, energia e serviços de Tecnologia da Informação que são controlados pelo módulo Integração Estado Fornecedor (IEF) do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE);
- Disponibilização do painel com as trilhas de auditoria referentes às diárias pagas a servidores do Estado.



Resultados esperados

- Controle automatizado e tecnológico, habilitado para identificar erros ou irregularidades de forma eficiente, trazendo benefícios financeiros ao Estado;
- Celeridade no acompanhamento da gestão pública estadual;
- Melhoria dos controles internos em todo o Estado, para qualificar a gestão;
- Modernização/automatização do trabalho da Cage, com melhor aproveitamento de recursos internos (tecnológicos, financeiros e de pessoal);
- Aperfeiçoamento dos processos em toda a administração pública estadual.

Implantação da Lei Estadual Anticorrupção (Lei nº 15.228/2018)



Entrega

- Regulamentação da Lei Estadual Anticorrupção, por meio do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020.



Resultados esperados

- Mudança de comportamento da administração pública e das empresas, a partir da exigência de medidas relacionadas com integridade (*compliance*), ética e redução de riscos de fraudes;
- Qualificação das contratações públicas (com a adoção de programas de integridade pelas contratadas);
- Possibilidade de ressarcimento mais célere de eventuais danos ao erário, otimizando o fluxo de caixa;
- Fortalecimento de mecanismos de prevenção e combate à corrupção.

Cartão de pagamentos



Entregas

- Desenvolvimento das regras de negócio;
- Desenho do fluxograma;
- Redação da minuta do novo Decreto de Adiantamentos de Numerários;
- Apresentações ao Banrisul e Banco do Brasil.

Gestão Integrada



Resultados esperados

- Simplificação na transferência e na utilização de recursos;
- Simplificação e transparência da prestação de contas, com disponibilização integral de dados no Portal Transparência (extrato do cartão, fornecedor, data da compra, etc.);
- Automatização do fluxo no sistema, com redução de rotinas manuais, para diminuição de erros e retrabalho;
- Maior eficiência no controle em favor da Administração e da Cage;
- Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança.

Portal Transparência Unificado



Entregas

- Implementação do conceito de web design responsivo: leiaute do Portal Transparência Unificado automaticamente adequado às resoluções – formatos de tela que o exibem;
- Migração de dados disponíveis no atual Portal Transparência para relatórios apresentados de maneira responsiva – uma releitura aperfeiçoada pelo incremento de mapas e gráficos (indisponíveis na versão anterior) e opções de filtros de busca;
- Desenvolvimento de novo leiaute em parceria com a Assessoria de Comunicação da Secretaria da Fazenda (Ascom).



Resultados esperados

- Integração das informações de todo o Poder Executivo em um único portal;
- Maior clareza com relação à alocação de recursos;
- Simplificação do acesso às informações pelo cidadão.

Projeto de Reestruturação

Entre as realizações da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), no ano de 2020, o início do seu Projeto de Reestruturação destaca-se pelo ineditismo, por promover a aproximação do Gabinete aos demais servidores e, principalmente, por oportunizar um espaço de fala e escuta acolhedores, incentivando à livre manifestação dos participantes que foram convidados a relatar problemas e apontar oportunidades de melhorias em relação aos **processos internos, metodologia de trabalho e estrutura** da Cage. Essa iniciativa institucional, idealizada em 2019, ainda no início da atual gestão, se propõe a atender anseio corrente do quadro de pessoal da Cage de experimentar um processo de rediscussão da sua organização e do seu funcionamento. Dessa forma, e, além disso, conflui para os seguintes valores consolidados em seu Mapa Estratégico: Inovação; Engajamento; Cooperação; e Valorização das Pessoas.

✓ Etapas realizadas (2020)

Fase de diagnóstico

- Rodadas de reuniões, entre outubro e dezembro, com a participação de servidores, do contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva Meira, adjuntos da Cage, e da sua Assessoria de Planejamento;
- Desenvolvimento de pesquisa de percepção de gestores públicos sobre a atuação da Cage;
- Avaliação do nível de maturidade, conforme modelo IA-CM, pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) com o apoio do Banco Mundial.

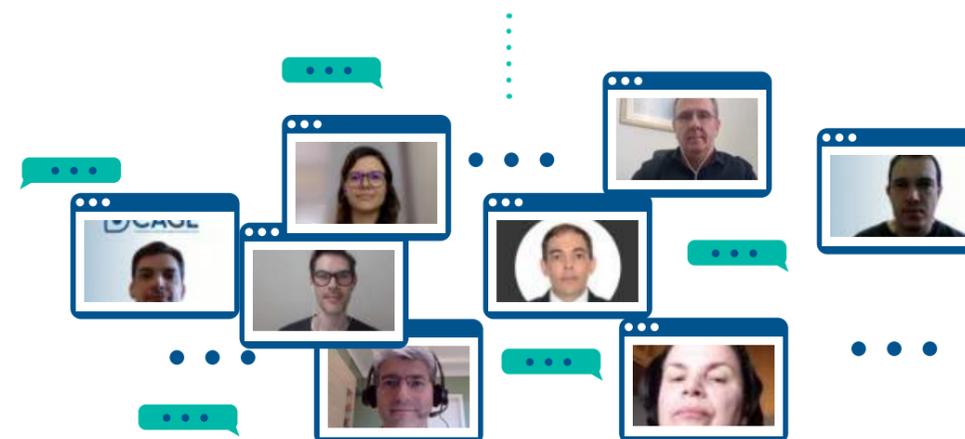
📈 Etapas previstas (2021)

Fases de diagnóstico e de apuração dos resultados

- Conclusão da fase de diagnóstico;
- Validação e priorização das informações coletadas nas reuniões, com o envolvimento dos servidores;
- Análise e sistematização do material aprovado;
- Criação de Grupos de Trabalho para discutir caminhos e soluções para os pontos encontrados no diagnóstico.

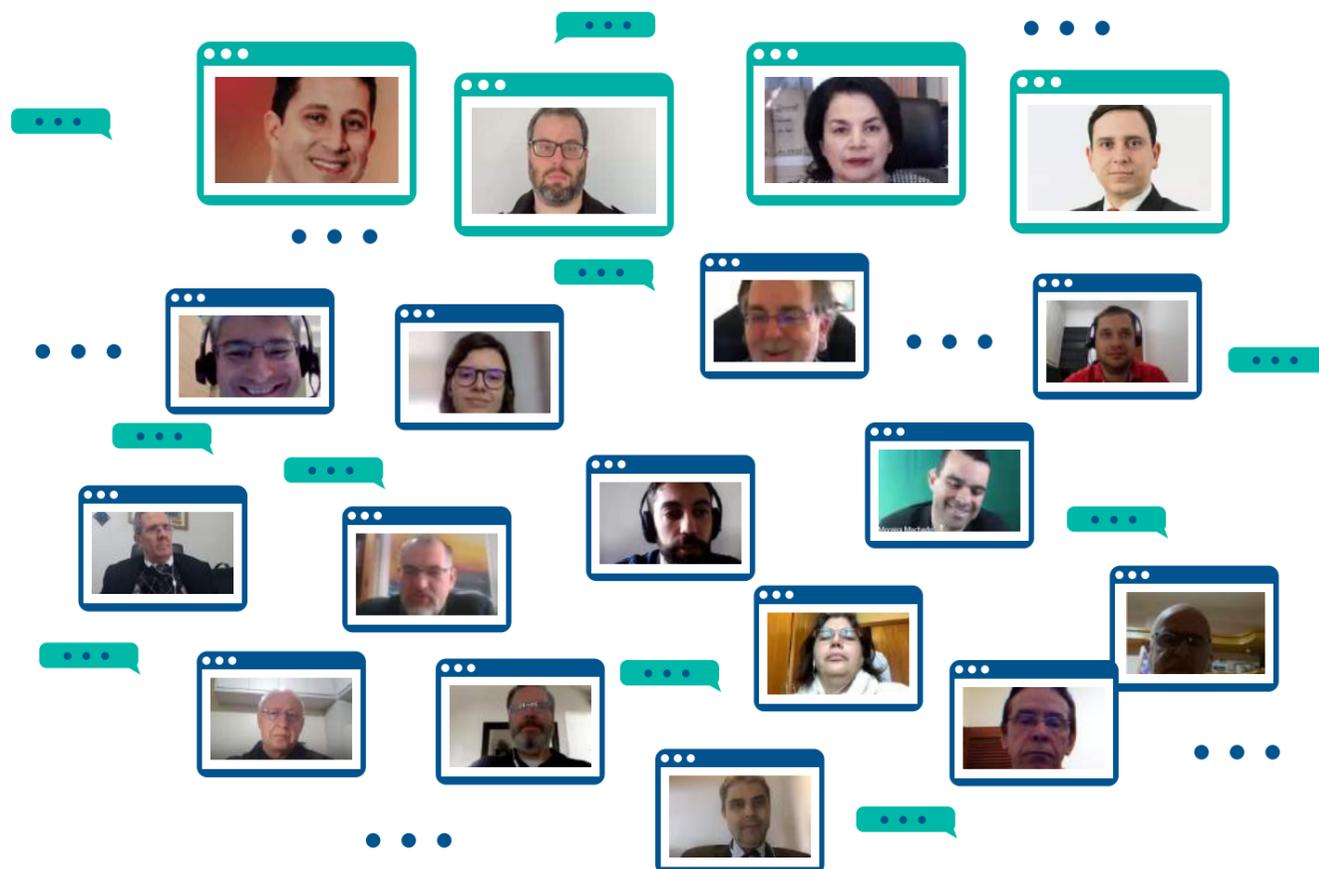
Sobre

A reunião de arrancada do Projeto de Reestruturação da Cage, em 13 de outubro de 2020, assim como os demais encontros, com periodicidade semanal, foram todos realizados por meio virtual.



Conselho Superior da Cage

Realizado em 2020, o processo eleitoral renovou parcialmente a composição do Conselho Superior da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage). Foram eleitos os auditores do Estado Guilherme Pinto de Lima, Guilherme das Neves Teixeira, Vera Rejane Goulart Gonçalves e Dionísio de Souza Nascimento da Silva, e seus suplentes. O grupo passou a compor o Colegiado, formado pelo presidente, contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva e seus adjuntos, Antônio Carlos Ferreira Kehrwald, Gilberto Fonseca Raymundo e Carlos Geminiano Rocha Rodrigues, além dos servidores Eduardo de Oliveira Garcia, Liege Munhós de Campos e Sérgio Luiz Buchmann, totalizando 11 membros. Os servidores eleitos, para mandato de quatro anos, foram empossados pelo secretário adjunto da Secretaria da Fazenda Jorge Luis Tonetto, em sessão solene e virtual do Colegiado.



Atos do Conselho Superior

Foram realizadas 10 reuniões ordinárias no ano (uma por mês). O Colegiado apreciou e deliberou sobre as seguintes pautas destacadas:

- Revisão do regimento interno do Conselho Superior (instituído pela Portaria Cage nº 39/2012);
- Concessão de licença a servidores para qualificação profissional;
- Concessão de gratificação de permanência a servidores;
- Cedência de servidores a outros órgãos do Estado;
- Apurar a confirmação na carreira de auditores do Estado em estágio probatório;
- Reexame de matérias conflitantes com vistas a manter a unidade de orientação da Cage;
- Outros temas relativos à estrutura da Cage e à carreira de auditor do Estado.

Sobre

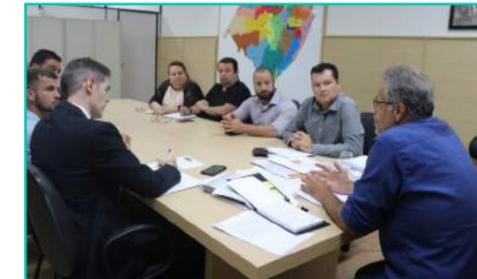
O Conselho Superior foi criado em 2010, quando foi instituída a Lei Orgânica da Cage (LC nº 13.451). As atribuições vão desde manifestar-se sobre o exercício da atividade dos auditores do Estado, em especial em processos de ética funcional e disciplinar, até propor iniciativas para qualificar a atuação do órgão responsável pelo controle interno estadual. Da sua composição: três membros são indicados pelo contador e auditor-geral do Estado e os outros quatro são eleitos pelos servidores do quadro.

Reuniões Estratégicas

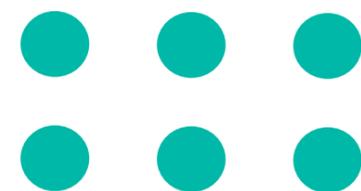
Visando aperfeiçoar a comunicação entre seccionais da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) e secretarias vinculadas, foram realizadas 14 reuniões presenciais, com a participação de auditores da Divisão, secretários de Estado e membros das pastas. Os encontros ocorreram em março de 2020, antes de decretado estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

A DCD, ao promover esses encontros, tem por objetivo principal estimular a manutenção ou o desenvolvimento de um canal de comunicação ativo e saudável entre seccionais da Cage e Secretarias do Estado, considerando que esse engajamento produza como efeito uma série de potenciais benefícios, tais como:

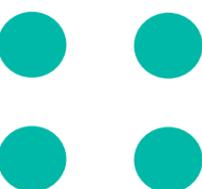
- Criar ou cultivar relação de confiança entre as partes;
- Facilitar o alinhamento de objetivos;
- Evitar problemas causados por falha na comunicação;
- Fomentar a construção de soluções ágeis;
- Difundir e promover a imagem da Cage;
- Possibilitar a identificação de objetos de auditoria.



Ciclo de reuniões presenciais realizadas em 2020 - Fotos: Divulgação/Cage



Inovação e Qualificação



Manual de Auditoria

Para padronizar os procedimentos nas três fases do trabalho de auditoria interna: planejamento, execução e comunicação dos resultados, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) elaborou Manual de Auditoria – Políticas e Procedimentos. No documento de aproximadamente 100 páginas constam também os requisitos e modelos de papéis de trabalho estabelecidos para a adequada documentação de cada uma das etapas. O Manual baseou-se em práticas de liderança em auditoria interna visando à implementação da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework - IPPF*)



Publicado em 2020, o Manual de Auditoria é considerado a principal entrega vinculada à ação de “elaborar e divulgar Manual de Política e Procedimentos de Auditoria” prevista no planejamento estratégico da Cage. Também é considerado o primeiro passo no processo de convergência à IPPF.



O Manual reúne orientações sobre o processo de auditoria interna, conferindo consistência e identidade ao trabalho da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), contribuindo, assim, para que o órgão central do sistema de controle interno do Estado atinja seu propósito de **“qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha”**.



A revisão do atual modelo de trabalho foi impulsionada pela publicação do Decreto nº 54.581, de 25 de abril de 2019, que ressalta, em seu artigo 14, o dever da auditoria interna governamental de contribuir para qualificar as operações das organizações da administração pública estadual, por meio da abordagem sistemática, e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança.



Aprimoramento Gerencial

Lançado em 2020, o novo painel de monitoramento do sistema AAF - *Audit Automation Facilities*, no Cage Gerencial, possibilita ao usuário o acompanhamento do processo de criação, revisão e emissão de documentos de auditoria elaborados pela Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) que desenvolveu a ferramenta em conjunto com a Divisão de Informações Estratégicas (DIE).

Ações:

Extração de dados no AAF.

Obtenção de indicadores, gráficos e tabelas que fornecem informações gerenciais sobre o processo.

Dados possíveis: tempo de expedição de documentos, fase de revisão, tempo médio de cada fase, acompanhamento dos prazos planejados e realizados para as auditorias.



Resultado

O projeto atendeu a demanda por relatórios gerenciais informatizados, uma vez que o sistema de auditoria utilizado não os emitia, exigindo a realização manual do trabalho de monitoramento, para o qual era necessário designar servidor. Estima-se que para execução da tarefa, a servidora designada dedicava cerca de um mês e meio de trabalho por ano.

Além desse ponto positivo, a ferramenta possibilita o acompanhamento diário da movimentação e status dos comunicados, relatórios e pareceres de auditoria, subsidiando a tomada de decisão e a adoção de eventuais medidas corretivas.

Apuração

A partir das informações geradas pelo novo painel, que analisou os dados dos exercícios de 2018 e 2019, e dados parciais de 2020, comparando os prazos médios de emissão de documentos entre os anos, constatou-se queda de 68,5% no prazo de expedição de comunicados de auditoria entre um exercício e outro, refletindo o aprimoramento do processo gerencial.

Execução Despesa e Receita

A Divisão de Tecnologia da Informação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DTI/Cage) entregou, em 2020, 64 demandas de manutenção evolutiva desenvolvida para o Módulo Execução da Despesa e Receita, com destaque para entrega e lançamento do **aplicativo FPE mobile** e para **automatização do atendimento das solicitações de liquidações de diárias**.

FPE Mobile

Atuação da DTI

Etapa de definição das primeiras funcionalidades disponíveis no aplicativo. Como o primeiro perfil de acesso contemplado foi o de Ordenador de Despesa, buscaram-se as operações mais realizadas por esse usuário. Além disso, a Divisão acompanhou o desenvolvimento pela Procergs e validou a entrega da versão.

Automatização do atendimento das solicitações de liquidações de diárias

Atuação da DTI

Definição e criação das regras de negócio a fim de automatizar o atendimento das solicitações de liquidações de diárias. Nessa automatização, implementada em 2020, foram incluídas também as diárias sem integração com o sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE). Medida que foi possível em função da implementação do projeto MINA pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE/Cage), que passou a acompanhar todas as diárias através de Trilhas de Auditoria.

A automatização do atendimento das solicitações de liquidações de diárias permite agilizar as ações relacionadas e fomentar a auditoria contínua por meio da utilização de painéis de auditoria, efetuando o controle dos gastos dessa modalidade. Além de outras melhorias que incrementaram a eficiência da utilização do sistema para usuários e equipes de auditorias das coordenadorias e seccionais da Cage.

Equipe da DTI atendeu a 15.691 demandas de suporte ou orientação ao usuário do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) via sistema TraceGP.

Composição das 15.691 demandas atendidas em 2020:

10757
Relacionadas a cadastro de usuários e permissões a sistema

9572 originadas do módulo controle de acessos do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

1185 de cadastro dos demais sistemas e residuais do sistema FPE

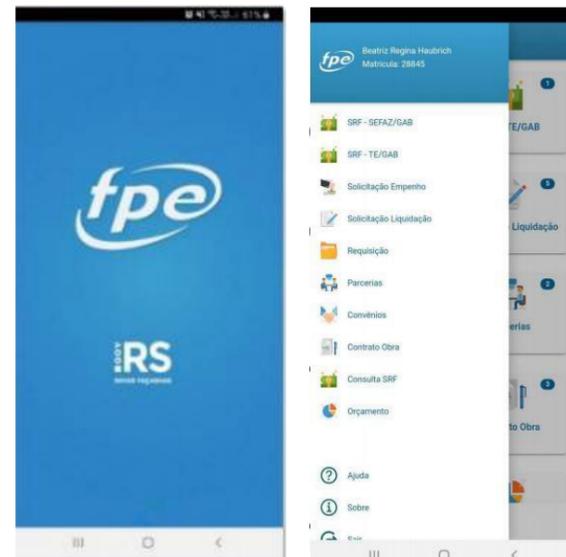
+

4934 de suporte a usuários dos sistemas administrados pela Divisão.
Média de **1307** demandas atendidas por mês

FPE Mobile

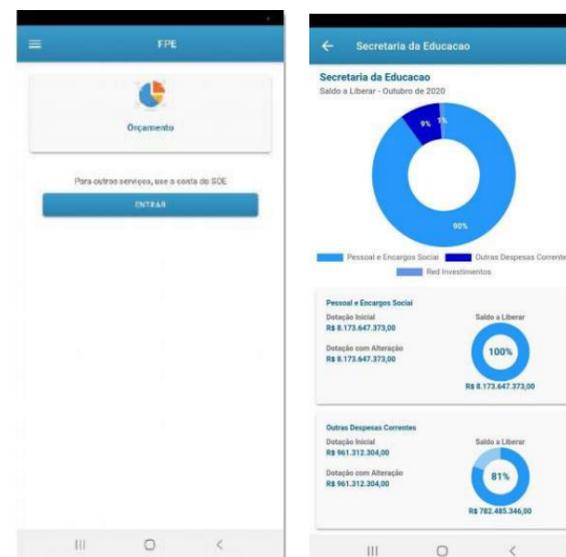
Funcionalidades

O aplicativo permite a gestores administrativos e financeiros do Estado à execução, em qualquer dispositivo móvel, das seguintes ações inerentes à função de ordenador de despesa: autorização de solicitações de empenho, liquidação e requisições, assinatura de convênios, parcerias e contratos de obras gerenciados pelo FPE, e a aprovação de Solicitação de Recursos Financeiros (SRF).



Transparência e Controle Social

Está disponível na tela inicial do aplicativo a opção Orçamento, acessível a qualquer cidadão que poderá acompanhar a dotação orçamentária de todos os órgãos e entidades estaduais.



De maio a dezembro de 2020, foram registradas 1.419 instalações do aplicativo nas lojas Google Play e App Store. E um total de 4.198 acessos às funcionalidades do FPE mobile. No mesmo período, 351.958 transações foram realizadas via sistema FPE (web), pelos mais de 40 mil usuários ativos, integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado.

Sobre

O FPE mobile foi desenvolvido pela Secretaria da Fazenda, Cage e Tesouro do Estado, em parceria com a Procergs.

Execução Despesa e Receita

Módulo de Contratos

A DTI desenvolveu um conjunto de melhorias aplicadas ao Módulo de Contratos, com destaque para:

<ul style="list-style-type: none">Dois novos fluxos no módulo de Contratos de Obras	<p>Fluxo simplificado para contratos via dispensa de licitação por baixo valor.</p> <hr/> <p>Fluxo para obras licitadas e de grande porte.</p>
<ul style="list-style-type: none">Flexibilização dos fluxos para adequar o sistema para obras de grande porte.	
<ul style="list-style-type: none">Possibilidade de empenho prévio parcial e novos empenhos ao longo da execução.	
<ul style="list-style-type: none">Nova funcionalidade para especificação de contratos por rito especial nos módulos Súmulas e Serviços.	
<ul style="list-style-type: none">Para atender a necessidade de especificar e publicizar os contratos emergenciais relacionados ao combate à pandemia.	

Contratos cadastrados no sistema em 2020:

Loações: 203

Obras: 116

Serviços: 1103

Súmulas de contrato publicadas via sistema FPE: **1290**

Número de demandas de orientação e suporte técnico atendidas via sistema Trace: **551**

274 unidades orçamentárias (UOs) utilizam o módulo de Contrato de Locação no Poder Executivo

13 ainda não são consideradas implantadas

4 estão em implantação

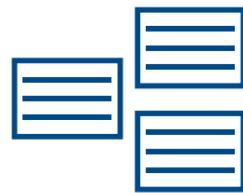
Sobre

O Módulo de Contratos funciona como sistema operacional utilizado pelos órgãos e entidades do Estado, para cadastro, aprovação, publicação, execução, ateste e pagamento, com destaque para a funcionalidade de cancelamento de contratos de obras via sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), e a possibilidade de utilizar recursos de fundos pelos órgãos contratantes de forma automática.

Melhorias no Sistema FPE

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD/Cage) efetuou **22 melhorias no sistema FPE em 2020**, visando, sobretudo, à redução do retrabalho e de rotinas manuais. As realizações em prol da qualificação do trabalho realizado em suas seccionais, resulta da implantação da seguinte Linha de Ação pelo Gabinete da DCD:

Levantamento das demandas das seccionais



Utilização de um único Proa Específico "pendular", no qual são registradas todas as demandas à DTI/Procergs



Criação do Modelo de Demanda de Melhoria no FPE



Monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento e das entregas das demandas



Fase interna de Análise das demandas



Ampliação da comunicação interna, com a divulgação de tais entregas, através de e-mail padronizado a todos os servidores das seccionais



Fase externa de mensuração do tempo necessário para desenvolvimento pela Procergs;



Melhorias no Sistema FPE

Implantação da GPS na Administração Direta

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), em parceria com a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) e a Procergs, implantou a funcionalidade Guia de Previdência Social (GPS) no sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), em 14 órgãos da Administração Direta, além da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar.

Benefícios para Cage e Tesouro do Estado

Além de elevar a produtividade dos servidores, os órgãos, em que a GPS foi implantada no sistema FPE, puderam prescindir o sistema de Administração Financeira do Estado (AFE), dispondo das seguintes vantagens:

- Eliminação do descompasso entre a liquidação do serviço e a geração da GPS que ocorriam em momentos diferentes;
- Inclusão automática da GPS a partir das transações originárias;
- Utilização de sistema único para geração de informações para as obrigações acessórias e para o pagamento da GPS;
- Qualificação da informação dos valores referentes à contribuição do segurado e à contribuição patronal, eliminando problemas na Gefip/Sefip.

A previsão é de que até julho de 2021, a funcionalidade GPS no sistema FPE estará em execução em mais 19 órgãos, concluindo, assim, a implantação total na Administração Direta.

Para fortalecer a orientação aos servidores que irão atuar direta ou indiretamente com a funcionalidade, a Cage elaborou o Manual para Geração da Guia de Previdência Social (GPS) no sistema FPE (Administração Direta).

SISTEMA FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FPE

Manual para Geração da Guia de Previdência Social -
GPS - no Sistema FPE (Administração Direta)

Versão 1.7



Disponível em:

[https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/7533/
gps---orgaos-administracao-direta](https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/7533/gps---orgaos-administracao-direta)

Qualificação das Ações de Controle

Um ano depois de implementada a Sistemática de Qualificação das Ações de Controle, compreendida pela automatização de rotinas manuais (realizada pelas Seccionais); pelo desenvolvimento de Painéis e Trilhas de Auditoria referente aos temas automatizados; e pela emissão de informações padronizadas em Proas específicos, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), responsável pelo desenvolvimento da rotina, auferiu os seguintes resultados:

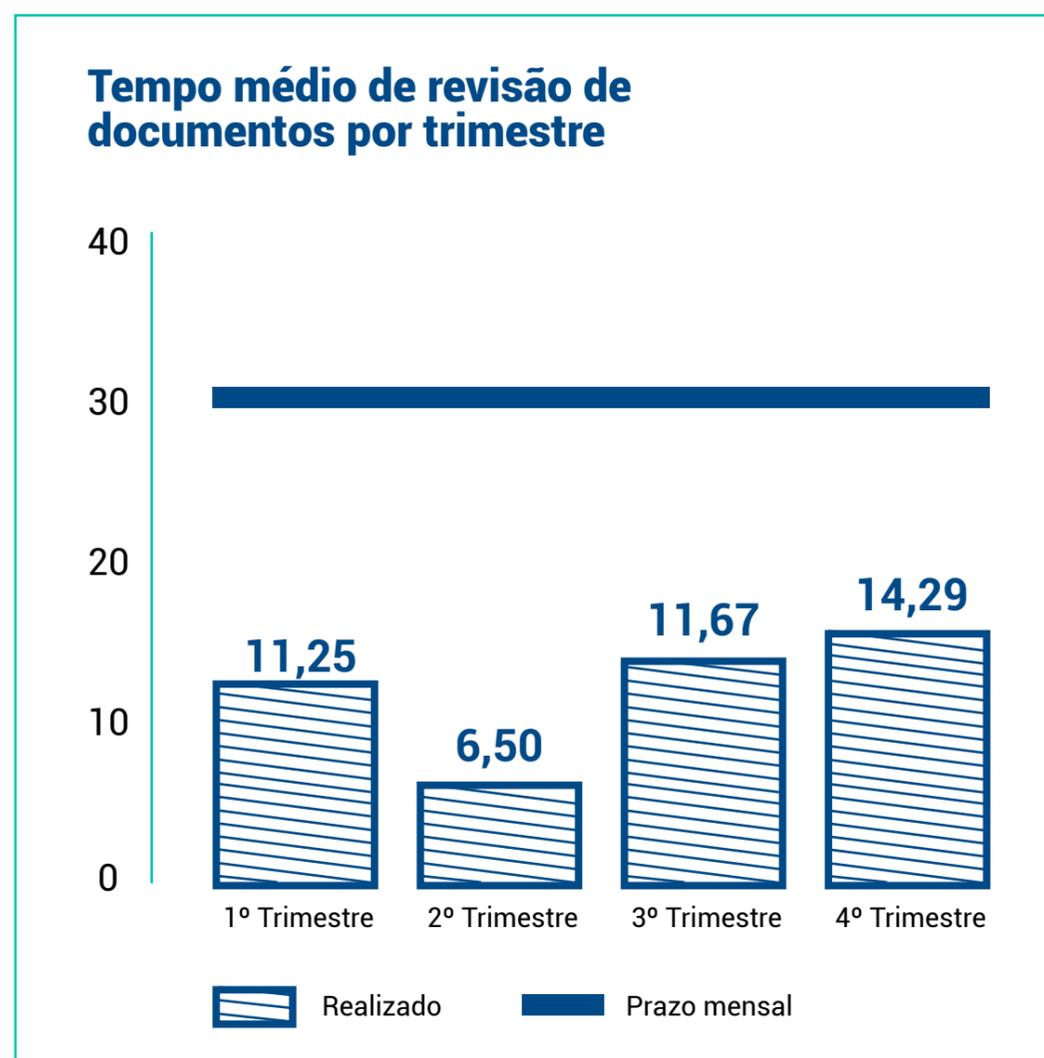
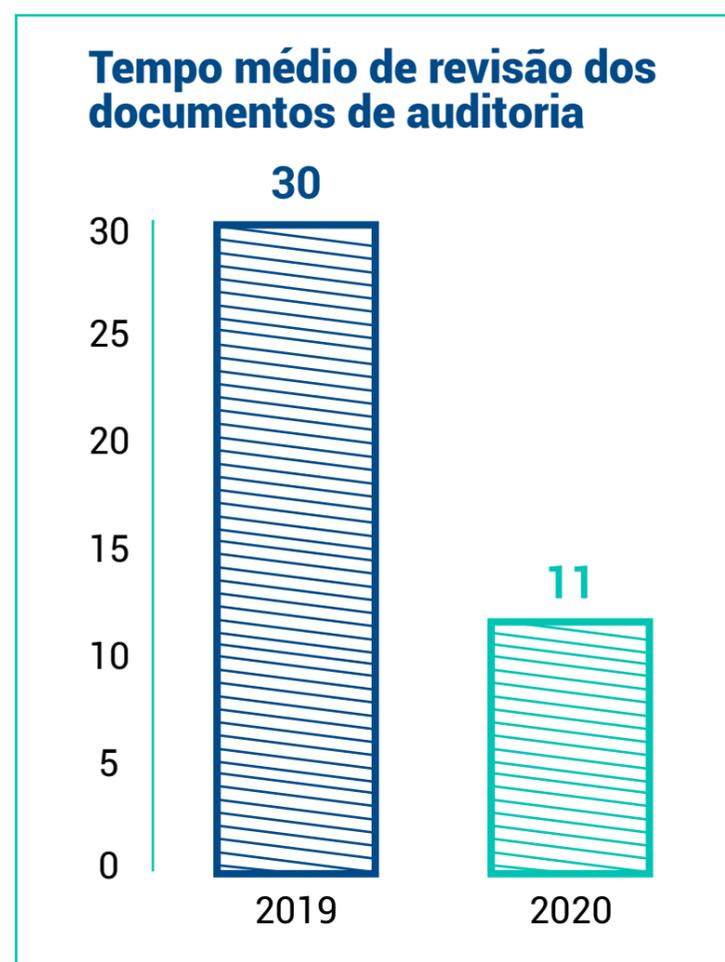
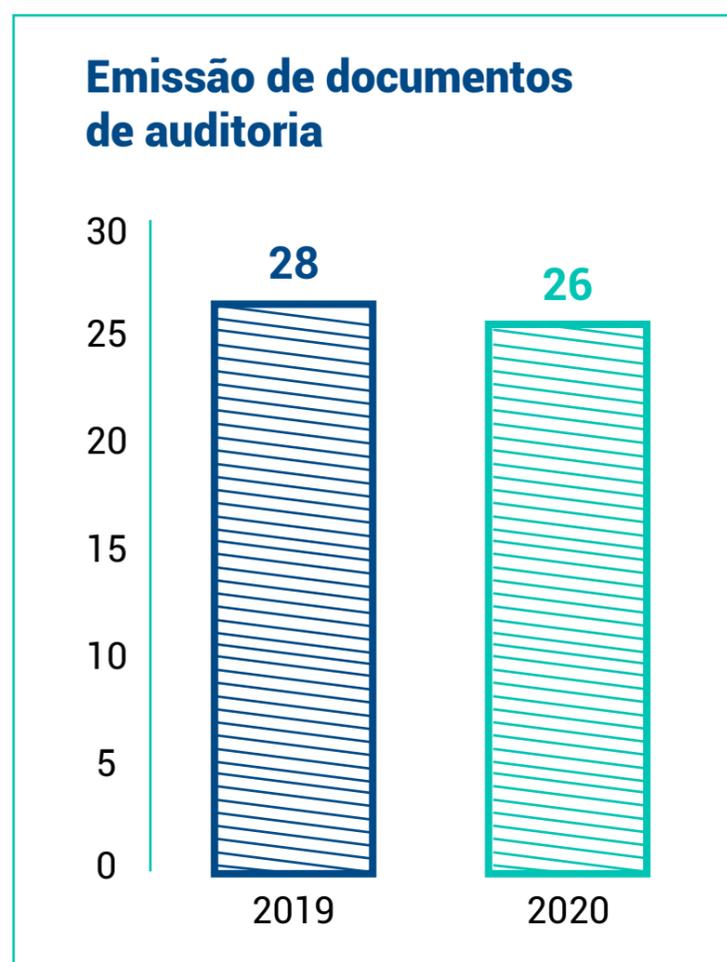
A automatização de rotinas realizadas pelas Seccionais permitiu que a análise manual de 10.950 processos fosse substituída pela análise das Trilhas de Auditoria no MINA, proporcionando uma alavancagem operacional no controle das despesas em tela;
Os Painéis e as Trilhas de Auditoria permitiram a identificação de indícios de erros e irregularidades que seriam imperceptíveis se a análise fosse manual e individual;
Os indícios de erros e irregularidades identificados foram reportados em 49 Informações Padrão IEF e Diárias ;
A atuação das Seccionais implicou em economia gerada superior a R\$ 200 mil - montante que dificilmente seria identificado antes da implementação da Sistemática de Qualificação das Ações de Controle .

	IEF	DIÁRIAS	TOTAL
Processos	3036	7924	10.950
Informação-Padrão	38	11	49

Economia gerada (mais relevante)	SECCIONAL 13	SECCIONAL 9
	R\$ 64.568,03	R\$ 144.000,00
	R\$ 24.635,80	
Total: R\$233.203,83		

Auditoria Eficiente

A partir da implantação de métodos ágeis no fluxo de revisão, priorizada a emissão tempestiva de documentos de auditoria, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD/Cage), em parceria com o Gabinete da Cage, alcançou aumento da eficiência na emissão de documentos de auditoria, em relação ao tempo médio de revisão.



Modernização de Processos

Continuamente, as Seccionais especializadas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) vinculadas à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), promovem a qualificação de produtos com o objetivo de agilizar, padronizar e simplificar rotinas e processos internos.

Seccional da Cage junto à Divisão de Gestão da Folha de Pagamento (DGF) Especializada em Folha de Pagamentos

Ação

Conclusão do processo de centralização das rotinas de processamento, pós-processamento e controle da Folha de Pagamento do Ministério Público do Estado para a Seccional da Cage junto à DGF. Dessa forma, considerando a centralização das atividades do Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa, realizadas ainda em 2019, a Seccional da Cage torna-se responsável pelas rotinas de fechamento contábil das Folhas de Pagamentos de toda a Administração Direta do Estado.

Resultado

A especialização decorrente da centralização das rotinas na Seccional da Cage junto à DGF trouxe maior sinergia para a equipe de servidores da Cage a partir da identificação de tarefas a serem simplificadas e automatizadas. Além disso, aumentou a confiabilidade da informação por meio da expansão do leque de controles e conferências anteriormente realizados, reduzindo retrabalho para a Cage e para todos os órgãos estaduais atendidos.

Seccional da Cage junto à Divisão da Dívida Pública (DDP) Especializada em Controle Contábil

Ação

Regularização de pagamentos realizados sem lastro orçamentário relativos a sequestros judiciais de anos anteriores, em atendimento ao parágrafo único do art. 13 da Instrução Normativa Cage nº 8, de 20 de dezembro de 2019.

Resultado

Mais de 390 mil transações de regularização no sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), totalizando montante superior a R\$ 3 bilhões baixados do Ativo no Balanço Patrimonial do Estado. Movimentação decorrente da redução de mais de 90% do saldo da conta Responsáveis por Pagamentos Irregulares e a extinção total do saldo da conta Sequestros Judiciais a Regularizar, que não representavam – de fato – créditos a receber pelo Estado.

Mobilização da equipe: 129 horas de trabalho, distribuídas em 4 meses ao longo do exercício.

Propósito: fornecer à sociedade gaúcha uma informação contábil fidedigna.

Ação e resultado

Em outra frente de atuação, após estudos de todas as contas bancárias de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul junto à Caixa Econômica Federal, a Seccional junto à DDP emitiu orientação ao secretário da Fazenda recomendando o **encerramento de 409 contas** que não possuíam saldo financeiro e nem movimentação há mais de 3 anos. A manutenção desnecessária de contas bancárias ativas, zeradas e sem movimentação representa riscos inerentes e desnecessários ao Estado. Além disso, se uma conta bancária permanece zerada e sem movimentação por um grande período de tempo, presume-se a perda de seu objeto, de sua razão de existir. A gestão da Sefaz acolheu a recomendação e as 409 contas foram encerradas.

Qualificação Contábil

Tendo em vista o constante aprimoramento, a Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC/Cage), conforme previsto em seu planejamento, procedeu à revisão de relatórios fiscais e gerenciais:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

*Anexos 100% revisados e atualizados para a 10ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).



*RREO: Anexos do 1 ao 4, do 6 ao 11, e anexo 14

*RGF: Anexos 1 e 2, anexos do 4 ao 6



Execução orçamentária dos recursos do Tesouro (mensal).



Demonstrativo mensal do comprometimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) com ações e serviços públicos de saúde.



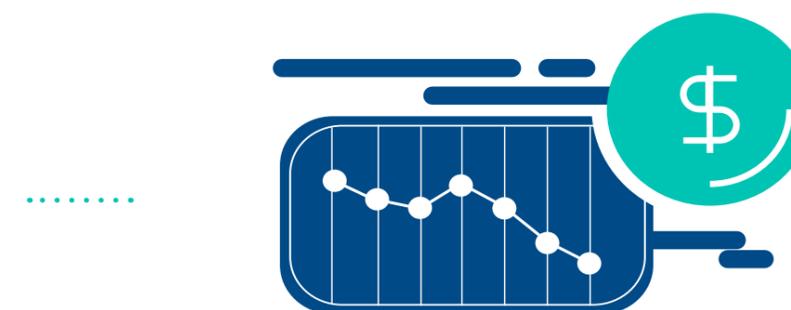
Demonstrativo mensal do comprometimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) com manutenção e desenvolvimento do ensino.



Demonstrativo mensal das receitas e despesas previdenciárias.

Situação Líquida Financeira Ajustada

Visando aperfeiçoar a transparência e fomentar o controle social foram disponibilizados, a partir de junho de 2020, na página da Secretaria da Fazenda na internet, os relatórios bimestrais da **Situação Líquida Financeira Ajustada**. A SLFA representa a situação financeira do Estado - sob a ótica da Lei nº 4.320/64 -, considerando o confronto dos ativos financeiros (caixa e equivalente de caixa, investimentos e demais créditos financeiros) com os passivos financeiros (restos a pagar, valores restituíveis, depósitos judiciais e outros). Apurada a SLF, ajusta-se o indicador com o passivo potencial dos recursos vinculados, ou seja, com o saldo a empenhar de recursos que ingressaram com destinação específica. O valor apurado é denominado de Situação Líquida Financeira Ajustada (SLFA) e representa a atual necessidade de recursos livres do Estado para saldar o seu passivo financeiro.



<https://cage.fazenda.rs.gov.br/lista/4386/situacao-liquida-financeira-ajustada>

Qualificação Contábil

Ações de aprimoramento contábil promovidas pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DNC/Cage):

Procedimentos contábeis relacionados às transferências aos municípios (Repartição Tributária Constitucional)

As transferências aos municípios passaram a ser contabilizadas por dedução de receita. Tal procedimento, além de melhorar a apresentação dos demonstrativos contábeis, qualificou rotinas de fechamento mensal da contabilidade.

Nota: Antes da mudança a Repartição Tributária Constitucional era contabilizada pela execução orçamentária da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

Débitos Judiciais

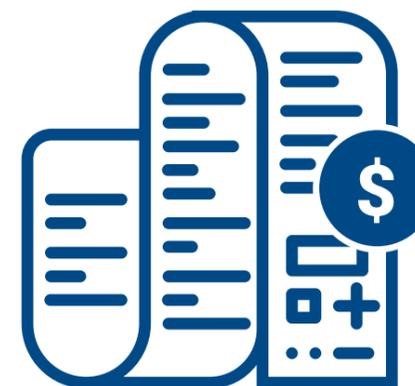
Os registros orçamentários e contábeis dos Precatórios, das Requisições de Pequenos Valores (RPVs) e dos outros débitos judiciais foram todos aprimorados, alinhando os procedimentos à centralização orçamentária na Secretaria da Fazenda.

Anulação de Restos a Pagar

Em 2020 a anulação de restos a pagar deixou de ser registrada como receita orçamentária, passando a ter efeitos apenas patrimoniais (Variação Patrimonial Aumentativa). Esse procedimento alinha-se aos atuais normativos vigentes, em especial, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Melhorias nos registros contábeis relacionados à receita

A automatização dos critérios contábeis minimizou a ocorrência de erros e agilizou o trabalho realizado pela Divisão.



Melhoria nos procedimentos contábeis relacionados aos bens móveis

Criação de critério contábil de reclassificação dos bens móveis, permitindo a correção de classificações sem a necessidade de baixas e inclusões no sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE).

Encerramento contábil das entidades extintas

Orientação constante para os registros contábeis de encerramento e transferências de ativos e passivos para os órgãos sucessores de bens, direitos e obrigações, resultando em três entidades encerradas contabilmente em 2020.

Item Material x Natureza de Despesa

Foram implementadas melhorias, após revisão de todo o processo, o que refletiu na qualidade das informações constantes nos empenhos de despesas com materiais.

Projeto Aderência à Lei das Estatais

A partir de questionário desenvolvido e aplicado pela equipe da Divisão de Controle da Administração Indireta da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DCI/Cage), o projeto avaliou a adequação das estatais do Estado às exigências da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 53.364/2016 e nº 54.110/2018.

Ações

••• Etapa em andamento (2020/2021)

- Elaboração de um novo Comunicado Orientativo, para cada uma das empresas, com recomendações específicas para o alcance do pleno atendimento à legislação.

✓ Etapas realizadas (2020)

- Tratamento das respostas e identificação de possíveis fragilidades no atendimento à lei, permitindo a obtenção de diagnóstico individual sobre a aderência de cada uma das estatais avaliadas;
- Elaboração de **Comunicado Orientativo** único, encaminhado a todas as estatais e suas respectivas Secretarias, além do governador do Estado, com o resultado consolidado do trabalho e o ranking de atendimento à Lei.



✕ Etapas concluídas (2019)

- Desenvolvimento de questionário adaptado às legislações federal e estadual;
- Reuniões individuais de sensibilização, realizadas com gestores de cada uma das estatais gaúchas, com a participação da chefia da DCI;
- Aplicação de questionário on-line, contendo 88 questões sobre aspectos relacionados ao conteúdo obrigatório do estatuto social, à adoção de regras de governança corporativa e transparência, e à adequação de estruturas e práticas de gestão de riscos e de controle interno.

Projeto Aderência à Lei das Estatais



Resultados

O trabalho oportunizou a obtenção de diagnóstico do nível de conformidade das estatais gaúchas aos preceitos da Lei das Estatais e dos decretos estaduais regulamentadores.

Desde o início, com a aplicação do questionário, o exercício do autodiagnóstico permitiu às estatais estaduais identificar discrepâncias e implementar melhorias. Em um segundo momento, com a apresentação do diagnóstico, cada uma das empresas avaliadas obteve um retrato do seu nível de aderência à Lei das Estatais.



Finalidade e Alcance

O resultado do trabalho poderá ser utilizado para auxiliar empresas e gestores a aperfeiçoar suas estruturas, além de orientar a atuação da DCI em futuros trabalhos de auditoria.

A metodologia adotada, além de permitir alcançar todas as estatais de forma concomitante, possibilitou à Cage realizar trabalhos em empresas das quais estava afastada há pelo menos 15 anos, como o Grupo Banrisul, o Badesul, a Sulgás e a Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual (CADIP).



Qualificação

Com a divulgação do comunicado, a Cage disseminou e contribuiu com o debate a respeito da adoção e do aprimoramento de boas práticas de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos, transparência e prestação de contas. Cumpriu, assim, seu papel de buscar o fortalecimento da governança pública, colaborando para que as empresas estatais possam alcançar um ambiente de governança que lhes permita, tanto na prestação de serviços quanto na condução de políticas públicas, atuar sempre no melhor interesse da sociedade.

Projeto Avaliação da Governança

Desenvolvido pela DCI, o projeto Avaliação da Governança destina-se a difundir boas práticas de governança no setor público estadual e obter um diagnóstico da maturidade das entidades da administração indireta do Estado em relação à matéria. Foi desenvolvida e validada a metodologia para avaliação, e definida a estratégia de sensibilização dos dirigentes e membros dos conselhos das entidades. O modelo teórico é baseado no "Referencial Básico de Governança" do Tribunal de Contas da União (TCU). Já a metodologia foi adaptada de um trabalho de levantamento sobre governança realizado na esfera federal pelo TCU.

Ações



Etapas realizadas (2020)

- Análise e tabulação dos dados, para avaliação da aderência à Lei em 16 empresas estatais gaúchas;
- Divulgação dos resultados por meio de Comunicado Orientativo.

.....



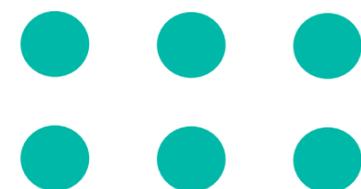
Etapas concluídas (2019)

- Desenvolvimento e aplicação de questionário – piloto; Coleta de informações por meio da aplicação de questionário autoavaliativo;
- Apresentação do projeto para dirigentes e membros de conselhos das entidades, e outros profissionais da governança.

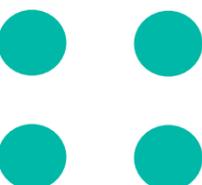


Qualificação

O Decreto Estadual nº 54.581/2019 delega à Cage a responsabilidade de avaliar o sistema de integridade, e de contribuir para o melhoramento das operações de órgãos e entidades, inclusive mediante abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da **governança**.



Orientação, Controle Interno, Contabilidade e Auditoria



Regulamentação da Lei Estadual Anticorrupção

Publicado em 9 de dezembro de 2020, o Decreto nº 55.631 regulamentou a Lei Estadual Anticorrupção (Lei nº 15.228/2018). Por quase três anos, a Divisão de Estudos e Orientação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DEO/Cage) trabalhou intensamente para concretização desse objetivo estratégico estabelecido pela Secretaria da Fazenda e Governo do Estado. Celebrada por representar um grande avanço no relacionamento do poder público com o setor privado, a legislação disciplina uma nova forma de responsabilização, nos âmbitos civil e administrativo, das pessoas jurídicas que praticarem atos de corrupção contra a administração pública.



Contador e Auditor-Geral do Estado, Rogério da Silva Meira (primeiro à esquerda) no ato de assinatura do Decreto regulamentador da Lei Estadual Anticorrupção proferida pelo governador Eduardo Leite (ao centro) – Foto: Itamar Aguiar/Palácio Piratini

Efeito da regulamentação da Lei Estadual Anticorrupção

A partir da sua vigência, empresas ficam sujeitas à responsabilização administrativa em casos de corrupção, independente da comprovação da culpa, em vista da responsabilidade objetiva estabelecida pela citada Lei. Em conjunto, foi estabelecida a exigência de apresentação de um programa de integridade pelas empresas que venham a ser contratadas pelo Estado, respeitados os limites determinados pela Lei e pelas futuras normas a serem exaradas pela Cage acerca da matéria.

Atuação da Cage

À Cage competirá, como órgão central do controle interno do Estado, a função de analisar e certificar os programas de integridade apresentados pelas pessoas jurídicas que venham a contratar com o Estado ou que apresentarem tais programas no bojo de processos administrativos de responsabilização; e, conjuntamente com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), as funções de instaurar, apurar, julgar e auditar os processos administrativos de responsabilização instaurados no âmbito da Lei Estadual Anticorrupção.

Finalidade

Proteger a administração pública estadual dos atos lesivos que resultem em prejuízos financeiros causados por irregularidades, desvios de ética e de conduta e fraudes contratuais.

Balanço Geral do Estado

Em 2020, o Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2019, foi entregue pelo governador Eduardo Leite à Assembleia Legislativa, sob o formato de um pendrive personalizado, em conformidade com a estratégia do Governo Digital. Antes da digitalização, o documento era publicado em cinco livros impressos.



Cage entrega Balanço Geral do Estado ao governador Eduardo Leite – Foto: Felipe Dalla Valle/Palácio Piratini

O Balanço-Geral do Estado, elaborado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do RS (Cage), constitui a prestação de contas governamental, e torna efetiva a obrigação do governante em demonstrar à sociedade a aplicação de recursos públicos provenientes da arrecadação de impostos.



Prestação de Contas

Melhorias implementadas na Prestação de Contas de 2019, publicada em 2020:

- **Revisão do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis**

- ◆ Exclusão de saldos de ativos e passivos intraorçamentários que não eram efetuados.

- ◆ Criação de um cubo de consolidação no Portal BI, o que facilitou a elaboração das Notas Explicativas e do capítulo da Gestão Patrimonial da Prestação de Contas do governador.

- **Nova forma de apresentação das Disponibilidades de Caixa e Equivalente de Caixa**

Nas Demonstrações Contábeis de 2019, publicadas em 2020, o saldo do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) foi apresentado no Caixa e Equivalente de Caixa pelo valor líquido, deduzindo-se os valores resgatados pelo Tesouro do Estado que estão registrados no passivo.

- **Modernização visual da Prestação de Contas do governador**

A formatação gráfica foi toda remodelada com o objetivo de melhorar a transparência e apresentação das informações.

- **Digitalização**

A prestação de contas de 2019 foi entregue unicamente em formato digital.

Constituição Estadual

Inciso XII do art. 82:

Compete ao governador prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo.

Controle da Administração Direta

Por meio do exame prévio das suas 17 seccionais, a Divisão de Controle da Administração Direta da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DCD/Cage), controlou orçamento total superior a R\$47 bilhões no exercício de 2020.

Montante controlado: R\$47,3 bilhões

534.505 Registros de Empenhos

579.091 Registros de Liquidações

+ 10 mil Informações emitidas pela DCD

+ 160 mil Processos Administrativos

55 Informações emitidas pela Seção de Consultoria e Assessoramento da DCD

37 Pareceres de auditoria de exercício (contas de gestão)

4.384 Pareceres de prestações de contas emitidos

Ação

Auditorias: 14

Tomada de Contas Especial: 1

Fiscalizações in loco: 1

Reexame de fluxos e processos: 9

Resultado

Notificações: 2

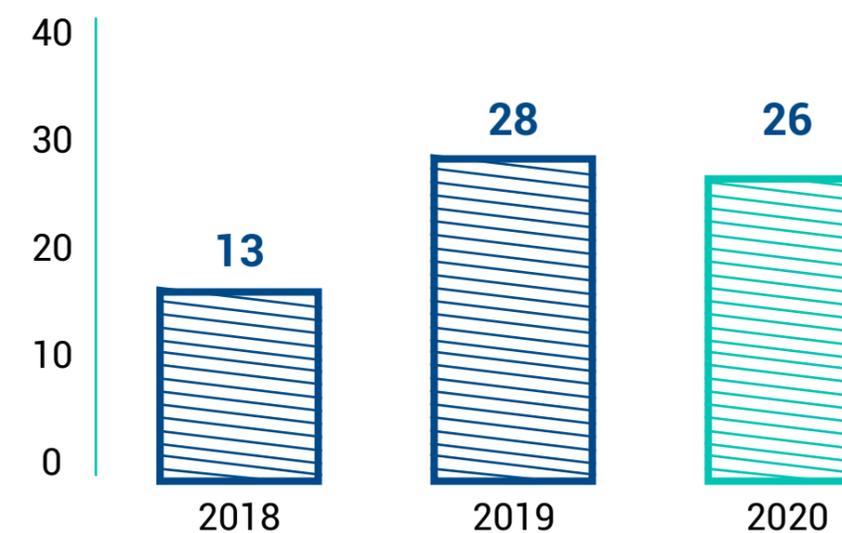
Comunicados de Auditoria: 5

Comunicados Orientativos: 16

Relatórios de Auditoria de Acompanhamento: 2

Relatório de Tomada de Contas Especial: 1

Quadro de acompanhamento da evolução quantitativa de documentos emitidos anualmente pela DCD. Observa-se que, mesmo em um ano de pandemia, a emissão de documentos não foi prejudicada.



Controle da Administração Direta

A DCD realizou Auditoria Integrada acerca dos padrões de produtividade dos serviços terceirizados de limpeza e higiene adotados no âmbito da administração direta estadual. Tais padrões têm impacto direto no valor da contratação. Assim, diante de evidências de uma possível desatualização do normativo do Estado, que regula o tema, buscou-se levantar comparativos de custos baseados em legislações relacionadas.

Auditoria Integrada serviços de limpeza e higiene

Ação

Trabalho em equipe: envolvimento de 4 servidores da DCD de 3 áreas distintas.

Fiscalização: 14 contratos de 11 unidades orçamentárias diferentes, totalizando mais de R\$55 milhões.

Solução Compartilhada

Principal recomendação: atualização do normativo estadual com base em critérios mais rigorosos, a exemplo daqueles já utilizados pelo Governo Federal.

Resultado da ação: economia potencial superior a R\$ 40 milhões ao ano.

Controle da Administração Indireta

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI/Cage) promoveu 30 auditorias em 2020, sendo uma auditoria especial realizada na Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Foi objeto de análise a alteração no contrato que rege o fornecimento de carvão pela companhia estadual à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras (CGTEE), sua principal cliente.

Ação

Auditorias em estatais, autarquias e fundações: 29

Auditoria Especial: 1

Resultado

Informações emitidas: 30

Emissão de pareceres: 25

Orientações por e-mail: 222

Relatórios de Auditoria publicados no Portal Transparência RS: 31

Relatórios de Auditoria encaminhados ao Ministério Público: 5



As auditorias realizadas pela DCI consistem na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração Indireta, quanto à legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.



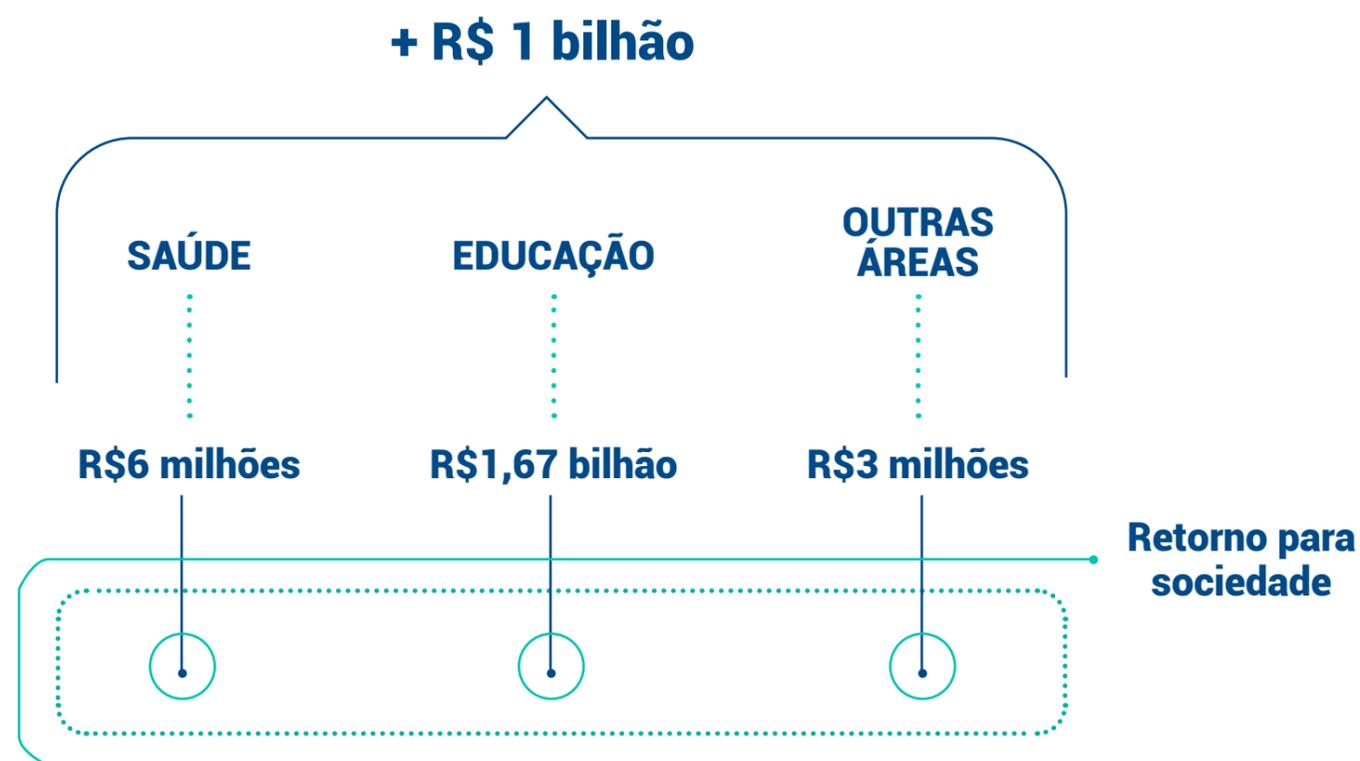
A Administração Indireta é composta por 17 Sociedades de Economia Mista; 12 Fundações de Direito Privado; 10 Autarquias; 1 Empresa Pública; e 1 Fundação de Direito Público, totalizando 40 entidades.

Em atendimento às demandas das entidades da Administração Indireta

Contemplam recomendações que visam à adequação da atividade administrativa ao arcabouço legal do Estado, fundamentalmente aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Benefícios Gerados

Os benefícios financeiros efetivos gerados pela atuação preventiva das 17 seccionais da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD/Cage) superaram R\$1 bilhão em 2020. Os maiores ganhos decorreram de suspensões de pagamentos indevidos e redução de valores licitados e contratados. Também foram registrados 16 benefícios não financeiros pelas seccionais, a exemplo da promoção da sustentabilidade ambiental e do aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos.



Comunicação e Inovação

Em 2020, os benefícios financeiros e não financeiros passaram a ser divulgados periodicamente, por meio de peça específica de comunicação criada pela AscomCage, para dar maior visibilidade, transparência e alcance aos resultados gerados pela atuação da Cage em prol da administração estadual e da sociedade gaúcha.

Benefícios Financeiros efetivados por classe:

Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário: **R\$1.043.556.660,51**

Redução nos valores licitados/contratados, mantendo a mesma quantidade e qualidade necessárias de bens e serviços: **R\$12.841.948,52**

Suspensão de pagamento não continuado indevido: **R\$ 11.185.033,17**

Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos: **R\$1.152.124,12**

Compatibilização do objeto contratado com as especificações: **R\$1.009.115,58**

Suspensão de pagamento continuado indevido: **R\$6.453.260,64**

Elevação da Receita: **R\$ 89.927,36**

Recuperação de valores pagos indevidamente: **R\$7.456,11**

Efetivados: R\$1.076.295.526,01

Sobre

A Portaria Cage nº 68/2017 instituiu a sistemática da qualificação, quantificação e registro dos benefícios gerados pela atuação da Cage.

Cage Gerencial

A Divisão de Informações Estratégicas (DIE/Cage) investiu na ampliação de ações executáveis e na capacidade de recursos disponíveis aos usuários do Cage Gerencial.

Painel Covid-19

Desenvolvido para monitorar os movimentos da execução orçamentária e financeira relacionados ao combate à pandemia. Além disso, o Painel se vincula à base de dados dos convênios, permitindo alcançar um nível detalhado de informações, a exemplo da justificativa e do objetivo de cada documento.



Painel Convênios e Parcerias

Substituiu o Painel Convênios de 2018, que apresentava os números de forma sintética. Nesse novo Painel, a base da execução orçamentária e financeira e os Convênios e Parcerias foram integrados, possibilitando averiguar a congruência entre registro e execução. Gráficos sintéticos e tabelas analíticas são apresentados em seções temáticas. O novo Painel também possibilita o cruzamento de diversos dados de forma rápida e simples.



Painel Diárias

Foi ampliado com a seção analítica. Agora é possível realizar cruzamentos entre mais de 50 campos diferentes, incluindo dimensões de centro de custo e de RHE. O usuário que quiser analisar mais detalhadamente os alertas do painel MINA-Diárias, poderá clicar na opção painel Diárias (gerencial), o qual abrirá com os filtros selecionados.



Painéis Analítico Despesa e Receita - Materiais SAM - Pessoal RHE

Foram atualizados quanto ao código de programação e apresentação. Os botões passaram a ser nativos da versão mais recente do Qlik Sense. Menus e tabelas foram redesenhados.

Painel RHE Analítico

Para uso restrito de auditores (seção MINA) possibilita o cruzamento de mais de 100 informações diferentes entre dados cadastrais de todas as pessoas que possuem vínculo com o Estado, detalhes sobre rubricas de contracheque, além de dados sobre o cargo e frequência.

The screenshot shows a data table with columns for 'EMPRESA', 'FUNÇÃO', and 'VALOR'. The table lists various employees and their associated values, such as 'SECRETARIA DA FAZENDA' with a value of 6.64242.

Cage Gerencial

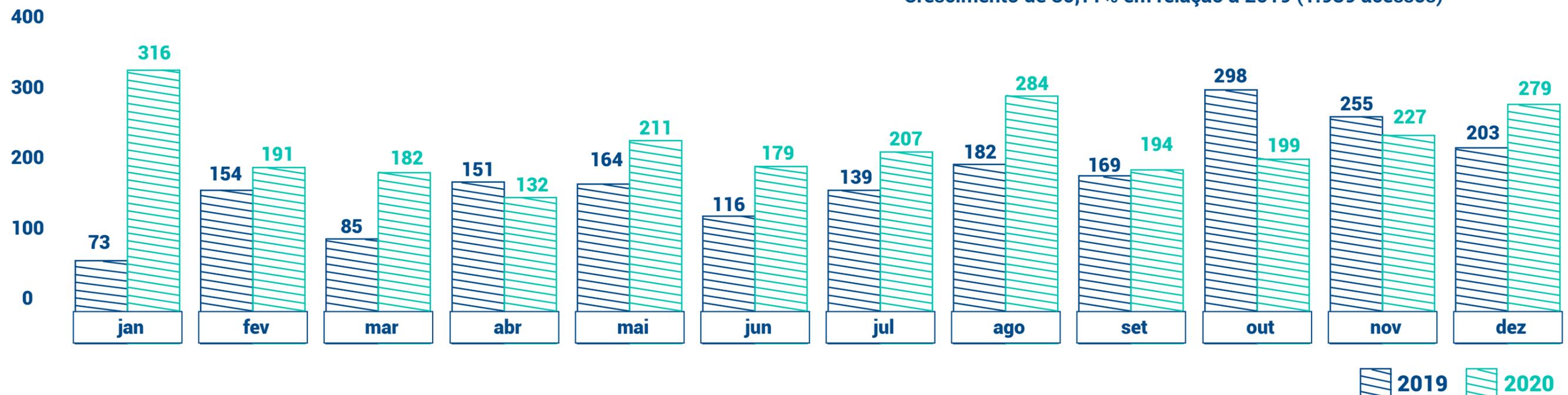
Painel PROA

Foi criado para análise de dados dos processos que tramitam no sistema PROA, a partir da obtenção desses por intermédio da Secretaria de Planejamento Governança e Gestão (SPGG), responsável pelo gerenciamento do sistema.



Sobre

O Cage Gerencial é uma ferramenta de *business intelligence* desenvolvida pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) para usuários da administração estadual. Seu funcionamento é por meio de painéis interativos abastecidos com informações e gráficos personalizáveis. A ferramenta é utilizada por gestores de mais de 30 órgãos e entidades controladas e membros dos respectivos Grupos Setoriais de Custos (GSC), além de auditores da própria Cage.



Projeto MINA

O projeto MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria avançou em 2020 com o início da operação dos dois primeiros painéis de monitoramento. No primeiro semestre, entrou em pleno funcionamento o painel relacionado às despesas de água, energia e serviços de Tecnologia da Informação, que são controlados pelo módulo Integração Estado Fornecedor (IEF) do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE). Já no segundo semestre, foi disponibilizado painel com as trilhas de auditoria referentes às diárias pagas a servidores do Estado.

Painel de monitoramento de Diárias Normais

Com esse produto, mais de 30% dos processos de despesa que transitam pelas seccionais da Cage passaram a ser analisados de forma automatizada e preventiva, através de trilhas de auditoria. Tal volume de processos representa menos de 1% do montante financeiro, objeto de controle pela Cage, o que torna evidente a qualificação e aumento da produtividade das atividades e do controle através dos princípios da materialidade e relevância.

Painel de monitoramento do sistema de Integração Estado Fornecedor (IEF)

São trilhas de auditoria em faturas de serviços de água, saneamento, energia elétrica e processamento de dados, que são executadas através do módulo IEF do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE).

Resultado:

R\$ 400 milhões já foram analisados pelas 15 trilhas de auditoria programadas nos dois painéis de monitoramento.

Impacto:

Maior tempestividade às auditorias realizadas pela Cage, qualificação das atividades, aumento de produtividade e de assertividade nos achados. Segurança aos gestores.

Funcionamento do sistema



Algoritmos leem diariamente a base de dados do módulo IEF e de diárias.



Filtram comportamentos fora do padrão



Geram indícios de erros e/ou irregularidades



Equipes de auditoria promovem apuração aprofundada

Sobre

O MINA é uma solução de tecnologia da informação destinada ao controle automatizado dos recursos geridos pelo Estado. O projeto foi desenvolvido pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE), para qualificar a atividade de controle exercida pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), possibilitando o acompanhamento das soluções adotadas pelo gestor às inconsistências detectadas. O MINA compõe o portfólio de projetos estratégicos da Secretaria da Fazenda e o Acordo de Resultados junto ao Governo do Estado. Está inserido no Cage Gerencial e é de acesso exclusivo aos seus servidores.

Capacitação Grupo Setorial de Custos (GSC)

Em 2020, a agenda permanente de capacitação de integrantes dos Grupos Setoriais de Custos (GSC), para o uso de ferramentas gerenciais que auxiliam para uma análise mais eficiente dos custos da administração estadual, facilitando a tomada de decisão pelos gestores, foi transferida para o ambiente virtual. Foram três *lives* realizadas pela Divisão de Informações Estratégicas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DIE/Cage) com média de 21 participantes por edição.

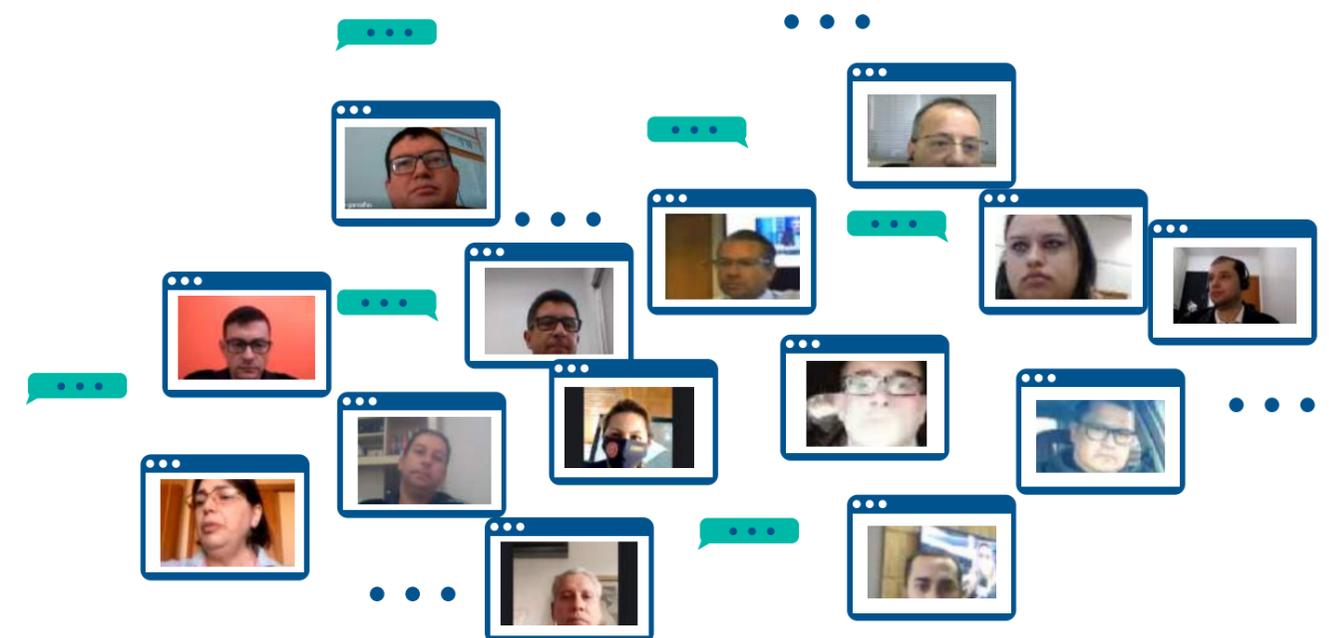
Inovação

A Divisão propôs aos Grupos Setoriais de Custos, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, a elaboração de um relatório a partir de dados resultantes da atuação em regime de teletrabalho, entre economias obtidas e outras abordagens recomendadas. Destacou-se entre os relatórios recebidos dos GSC, o Relatório de Custos, Gestão e Produtividade da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), que apresentou, além dos indicadores consolidados, um tópico específico referente aos custos para enfrentamento à Covid-19.

Sobre

As reuniões promovidas pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE/Cage) consistem na apresentação do Cage Gerencial, nos níveis gerencial, analítico e de custos, abrangendo temas como execução orçamentária da receita e da despesa, diárias, convênios, locações, despesas com água e luz, e relativas à Procergs. Também no nível custos, o consumo e gerenciamento de materiais, gastos com manutenção, funcionamento e com recursos humanos.

Junho	Julho	Novembro
<i>Live com o GSC do Corpo de Bombeiros Militar.</i>	<i>Live com o GSC da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS).</i>	<i>Live com o GSC da Casa Civil (escritório em Brasília vinculado ao Gabinete do governador).</i>
		<i>Abordagem: atualização da estrutura hierárquica de centros de custos.</i>



Gestão do Conhecimento

Com o objetivo de fomentar a Gestão do Conhecimento, a DCD desenvolveu 27 manuais padronizados, conforme relação exemplificativa abaixo, para execução de rotinas de Folhas de Pagamentos; Manuais de Auditoria e Controle Interno; modelos de Documentos de Auditoria; e Procedimento Operacional Padronizado (POP).

Manuais de Folha de Pagamentos (FOP)

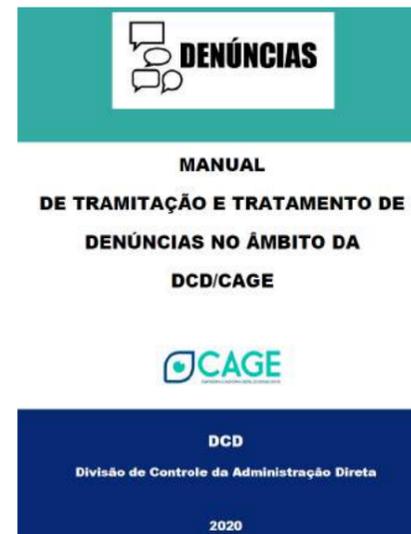
- Procedimentos contábeis de encerramento mensal;
- Provisão 13º Salário;
- Saúde e previdência; e patronais (Relatórios Consolidados);
- Penhoras judiciais, consignações e regularização de verbas não previdenciárias do IPERGS.

Manuais de Auditoria e Controle Interno

- Guia para Tomada de Contas Especial



- Manual de Tramitação e Tratamento de Denúncias



- Manual de Revisão e Acompanhamento de Documentos de Auditoria



- Manual de Documentos da DCD



Modelos Documentos de Auditoria

- Notificação;
- Relatório de Auditoria de Acompanhamento.

Procedimento Operacional Padronizado (POP)

- Estruturação das pastas de documentos das Seccionais na rede;
- Análise de solicitações de empenho derivadas de Atas de Registro de Preço (ARP);
- Retenção de contribuição previdenciária na Administração Direta.



Guia de Lançamentos Contábeis

Foram elaborados os seguintes Guias de Lançamentos Contábeis pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC/Cage), com vistas à aplicação de normas contidas em instruções normativas da Cage.

Guia de Lançamentos Contábeis sobre Débitos Judiciais - Instrução Normativa Cage nº 8 de 2019.



Guia de Lançamentos Contábeis para Registros de Créditos Tributários a Receber – Instrução Normativa Cage nº 9 de 2019.



Guia de Lançamentos Contábeis para Registro de Estoques – Instrução Normativa Cage nº 7 de 2020.

A Divisão também desenvolve guias quando identifica a necessidade de orientar assuntos complexos não constantes em instruções normativas.



Guia de Lançamentos Contábeis para Registros de Valores a Recuperar de Contribuições ao Regime Geral de Previdência Social.

Normativos

A Divisão de Estudos e Orientações (DEO) e a Divisão de Informações e de Normatização Contábil (DNC) da Cage elaboraram instruções normativas com vistas ao aprimoramento de medidas auxiliares à orientação, à gestão e ao controle das atividades do Estado, bem como à qualificação de procedimentos contábeis.



DEO

- Instrução Normativa Cage nº 1 de 2020

Revogou um conjunto de 16 Instruções Normativas Cage, que versam sobre Certificados de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes; Procedimentos a serem adotados no encerramento dos exercícios de 2003 a 2013; e documentos de caixa.

INs revogadas: Nº 1, de 11 de abril de 2000; Nº 1, de 12 de abril de 2002; Nº 3, de 05 de dezembro de 2003; Nº 1, de 07 de dezembro de 2004; Nº 3, de 07 de dezembro de 2005; Nº 4, de 08 de dezembro de 2006; Nº 1, de 05 de dezembro de 2007; Nº 3, de 10 de dezembro de 2008; Nº 1, de 12 de maio de 2009; Nº 2, de 08 de dezembro de 2009; Nº 1, de 05 de fevereiro de 2010; Nº 3, de 12 de julho de 2010; Nº 7, de 30 de novembro de 2010; Nº 3, de 1º de dezembro de 2011; Nº 7, de 04 de dezembro de 2012; e Nº 8, de 10 de dezembro de 2013.



DNC

- Instrução Normativa Cage nº 6 de 2020

Dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos recursos de convênios em que o Estado seja contratante, quando o ingresso da receita seja condicionado à execução do objeto conveniado. Esse normativo tem por objetivo a orientação diferenciada quando a União efetuar os repasses apenas com o implemento de condições.

- Instrução Normativa Cage nº 7 de 2020

Dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicados aos estoques. O normativo visa padronizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques existentes nos diversos órgãos estaduais, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial com a NBC TSP 04 – Estoques.

Sincage

Administrado pela Divisão de Estudos e Orientação (DEO/Cage), o sistema de informações da Cage (Sincage) é uma ferramenta integrante do Portal de Legislação da Secretaria da Fazenda. É utilizado como banco de dados para organização e divulgação de conteúdos e textos principalmente sobre legislação e jurisprudência. O Sincage disponibiliza uma base completa de normativos relacionados ao controle interno estadual para consulta de toda sociedade

1021 novos documentos inseridos no sistema em 2020.

Consultas a instruções normativas, circulares, informações e pareceres da Cage.

+Leis, decretos e Constituição Estadual.



Plantão Casp

De forma inédita, os encontros do Plantão Casp, em 2020, para esclarecimento de dúvidas sobre temas relacionados à contabilidade pública, à execução orçamentária, aos relatórios e módulos do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) integrados à contabilidade, foram realizados por meio virtual. A média de público foi de 35 participantes por edição, entre auditores e técnicos da Cage, e contadores de autarquias e fundações.



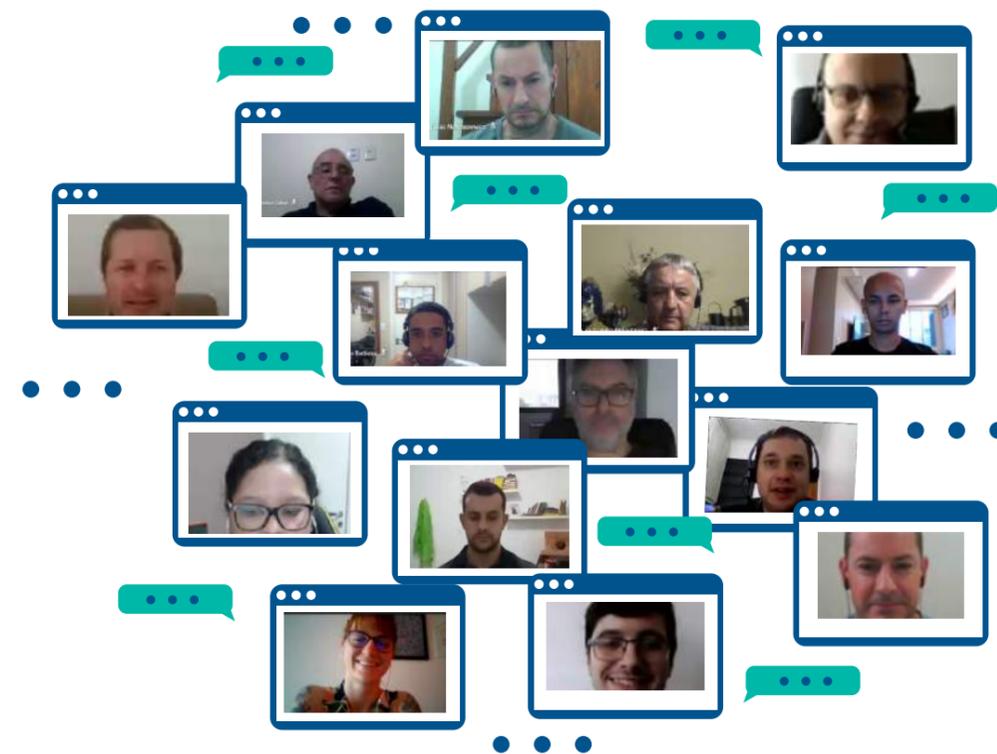
De olho na inovação: gravações e materiais dos Plantões Casp estão disponíveis em:
<https://cagegerencial.sefaz.rs.gov.br/treinamento>.
 É necessário fazer cadastro.



Aprovado: a totalidade de participantes da 9ª edição, que respondeu à pesquisa de satisfação sobre o formato virtual do Plantão Casp, concedeu as maiores notas (8 a 10) da escala. Aproximadamente 70% deles atribuiu nota máxima aos indicadores de qualidade.

Sobre

o Plantão Casp consiste na realização de encontros para tratar de assuntos específicos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). O projeto é coordenado pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DNC/Cage).



Maio (9ª edição)	Julho (10ª edição)	Novembro (11ª edição)
Débitos Judiciais	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	Folha de Pagamento, com a instrução da Seccional da Cage junto à Divisão de Gestão da Folha de Pagamento

Orientação e Comunicação

A Divisão de Estudos e Orientação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (DEO/Cage) atua na produção de instrumentos normativos e orientações aos gestores públicos, visando à uniformização de procedimentos, além de ser responsável pelo acompanhamento da atualização legislativa em âmbito estadual e federal.

Expedientes atendidos

Foram **atendidos 94 expedientes** em 2020, com orientações exaradas pela DEO a partir de processos de consulta encaminhados por outras Divisões da Cage e também por órgãos e entidades do Estado. No formato de um documento denominado Informação CAGE/DEO, as orientações exercem a função de refletir o entendimento consolidado da Cage em assuntos pertinentes ao controle interno.

Cage News

Foram **publicadas 174 edições** do Cage News em 2020.

Consolidado instrumento de comunicação, o Cage News, tem a função principal de informar não apenas os servidores da Secretaria da Fazenda, mas a todos servidores estaduais que manifestarem interesse em receber o periódico. O espaço é reservado a notícias veiculadas na imprensa sobre questões que impactam as atividades do controle interno do Estado, e a publicidade de novas Leis ou Decretos que sejam de relevância aos servidores.



Para receber o periódico é necessário fazer cadastro em:
<https://cagenews.sefaz.rs.gov.br/>

Aprovado Orçamento de 2021 com déficit de R\$ 247,1 bilhões
O Congresso Nacional concluiu nesta quinta-feira (21) a aprovação do Orçamento de 2021. Estão previstos R\$ 125 bilhões para a área da saúde. O PLN 26/2020 foi aprovado com 346 votos favoráveis e 110 contrários na votação na Câmara dos Deputados. No Senado Federal foram 60 votos a favor e 12 contrários. Houve ainda uma abstenção em cada Casa. O texto aprovado segue agora para sanção presidencial.
[+ Leia mais](#)

Prêmio principal de R\$ 50 mil do NFG de março saiu para a Serra
O prêmio principal do sorteio mensal do programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), no valor de R\$ 50 mil, saiu para um consumidor da Serra, e 703 foram contemplados com outros valores. Em março houve distribuição de R\$ 515 mil em prêmios.
[+ Leia mais](#)

Revista da CGU seleciona pesquisadores para compor cadastro de revisores
A iniciativa tem como finalidade prover pesquisadores para a avaliação de artigos submetidos à Revista, conforme as normas de submissão estabelecidas pelo periódico. A atividade tem caráter voluntário e, portanto, sem remuneração. Ao ingressar no cadastro, o revisor se disponibiliza a realizar até dois pareceres por ano.
[+ Leia mais](#)

AL destina R\$ 5 milhões para 55 Pronto Atendimentos
Nesta semana, a Assembleia Legislativa, junto à secretária estadual Arita Bergman, anunciou o repasse de R\$ 5 milhões para 55 pronto atendimentos (PAs) gaúchos. A partir da publicação da portaria nº 256, o recurso, oriundo do próprio orçamento do Parlamento,
[+ Leia mais](#)

CAGE
Caso não deseje mais receber este boletim clique aqui.

Atualização do conhecimento

Equipe DEO (orientação e participação)

- Cursos de pós-graduação, capacitações e seminários em matérias de controle interno, *compliance*, Lei Anticorrupção, Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), licitações, Lei das Estatais, alteração na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), terceirização na administração pública e governança, Direito Administrativo e Gestão Pública.
- Rede de Controle da Gestão Pública do Estado.
- Projeto Descomplica RS – Projeto de Desburocratização e Empreendedorismo do Estado, coordenado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
- Em estudos que culminaram na edição do Decreto nº 55.631/2020, que regulamentou a **Lei Anticorrupção Estadual (Lei nº 15.228/2018)**.

Estudos visando:

- à edição e atualização do Decreto nº 55.154/2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus.
- à edição de decreto a fim de regulamentar as alterações promovidas pela Lei nº 15.449/2020, no Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura), instituído pela Lei nº 13.490/2010.
- estabelecer normativas e princípios gerais, a fim de nortear os órgãos do Poder Executivo na confecção de seus programas de integridade.
- à adequação da Secretaria da Fazenda à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

- Interlocução ativa com outros órgãos, a exemplo da Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) e Procuradoria Geral do Estado (PGE/RS), além de secretarias estaduais, visando o aperfeiçoamento da legislação na área do controle interno.

GT's tendo como objetivo

- à sistematização e proposta de normatização de parâmetros uniformes para avaliação do sistema de integridade de que trata o artigo 12, parágrafo único, do decreto nº 54.581/2019.
- à atualização e operacionalização das parcerias, dos convênios e congêneres.

Conhecimento Compartilhado

Equipe DCD

Janeiro

- Curso Teoria e Prática em Licitações Públicas (1º módulo)
- Ministrantes: auditores da Seccional da Cage junto à Celic
- Público-alvo: servidores da Seplag e do Tribunal de Justiça do Estado
- Local: Centro Administrativo Fernando Ferrari



Março

- Apresentação sobre Gestão e Fiscalização de Contratos
- Palestrantes: auditores da Seccional da Cage junto à Celic
- Apresentação iniciada no Fórum de Diretores Administrativos, em dezembro de 2019, e concluída na edição de março.



Abril

- Palestra sobre o tema "compras governamentais na perspectiva do setor público e da iniciativa privada"
- Palestrante: auditor do Estado Ednaldo Rufino
- Público-alvo: alunos do curso de Ciências Contábeis da Unisinos



Junho

- Debate virtual sobre o papel do controle social e interno no contexto das contratações públicas na pandemia
- Abordagem exploratória dos possíveis impactos decorrentes de medidas provisórias editadas para enfrentamento à pandemia, no âmbito da nova Lei de Licitações
- Condução: auditores do Estado Dionísio Silva e Ednaldo Rufino
- Promoção: Grupo de Estudos em Administração Pública da Unisinos - mestrado profissional em Direito da Empresa e dos Negócios



Conhecimento Compartilhado

Julho

- Web Treinamento sobre Finanças Públicas (execução orçamentária e temas correlatos)
- Organização e promoção: Seccional da Cage junto à Brigada Militar
- Público-alvo: servidores do Corpo de Bombeiros Militar (CBM-RS). Participaram 100 servidores de todos os postos e funções.



Outubro

- 1ª Web Conferência sobre o tema "adiantamento de numerário"
- Realização: Brigada Militar
- Participação: Seccional da Cage junto à Brigada Militar, PGE e TCE. Participaram 100 servidores de todos os postos e funções.



Dezembro

- Treinamento sobre Almoxxarifados (parte contábil, sistema SAM e liquidação da despesa e seus reflexos no referido sistema)
- Realização: Seccional da Cage junto à Brigada Militar
- Participação (abordagem da parte operacional): auditor do Estado Matheus Queiroz Nunes da DTI. Participaram mais de 60 servidores de todos os postos e funções da Corporação.



Pesquisa de Satisfação

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI), dando continuidade à prática iniciada no exercício de 2019, aplicou a 2ª edição da Pesquisa de Satisfação, a fim de verificar a percepção dos servidores das entidades da Administração Indireta em relação ao atendimento da Consultoria DCI em 2020. No início de dezembro, o formulário com cinco perguntas, uma inédita em relação ao ano anterior, foi encaminhado aos servidores, preservado o anonimato dos consultados. Foram obtidas 36 respostas (três a mais que em 2019), de um total de 89 destinatários (um a menos que em 2019).

Perguntas (1 a 3). Para as três primeiras perguntas os servidores deveriam escolher um número numa escala de 0 (nunca) a 10 (sempre).

- 1) O questionamento foi respondido em tempo hábil para sua tomada de decisão?
- 2) A resposta foi de fácil compreensão?
- 3) A resposta ajudou efetivamente a solucionar sua demanda?

Resultados (média e comparação)

(2020)	(2019)
1) 92	87
2) 95	89
3) 91	87

Feedbacks descritivos (respostas obtidas)

(2020)	(2019)
30 (para questão nº4)	13
21 (para questão nº5*)	

* Questão nº5 foi adicionada em 2020.

Parecer da Cage: observou-se crescimento no nível de satisfação em todos os quesitos, o que é reflexo da maior *expertise*, de uma maior aproximação com as entidades, assim como a dedicação pelos membros da Seção. Também o aumento do engajamento dos respondentes à pesquisa.

Pergunta 4

Qual foi a principal dificuldade administrativa enfrentada diante das medidas adotadas em função da pandemia?

Resultados (respostas com maior incidência)

- Nenhuma dificuldade administrativa.
- Dificuldade de contato telefônico.
- Adaptação ao teletrabalho (*home office*).

Parecer da Cage: em relação à dificuldade relatada para contato telefônico, devido às medidas emergenciais adotadas em função da pandemia, este meio de comunicação restou prejudicado. Entretanto, para todos aqueles consultados que solicitaram contato, foi disponibilizado o número particular do auditor.

Pesquisa de Satisfação

Pergunta 5

Você teria alguma sugestão para a melhoria das orientações emitidas pela Consultoria Cage/DCI?

Resultados (manifestações com maior incidência)

- Agradecimento.
- Reconhecimento.
- Satisfação pelo trabalho realizado pela Consultoria DCI.

Pontos destacados: clareza – tempestividade – solicitude – excelência – rapidez - eficiência - adequação do atendimento prestado.

Proposições: disponibilidade de um contato direto - reunião mensal com a DCI para orientação e espaço para dirimir dúvidas - realização de eventos periódicos para tratar de assuntos específicos ou gerais - inclusão da base legal da orientação emitida.

Parecer da Cage: em relação às sugestões, a Consultoria da DCI considera que os *feedbacks* foram muito positivos. O apoio as entidades, no desenvolvimento de suas atividades diárias, demonstra-se necessário e relevante. Serão adotadas as devidas providências para sanar os pontos negativos e avançar nas demais sugestões, a fim de aperfeiçoar o trabalho desenvolvido pela Seção.

Feedback enviado por servidor à Consultoria DCI, após o fim do prazo estabelecido para pesquisa:

“Infelizmente esta Assessoria Jurídica perdeu o prazo para preenchimento e envio das respostas do questionário elaborado por essa Seção de Consultoria, contudo queremos parabenizar pelo sempre pronto atendimento das demandas que submetemos a vocês a longo deste ano de 2020. Sempre que necessitamos, recebemos pronto atendimento aos questionamentos realizados, sendo o trabalho prestado por esta consultoria de suma importância, considerando que as demandas do dia a dia não nos permitem realizar estudos e pesquisas como deveríamos e os retornos dados são vitais ao bom andamento das atividades da Entidade, não somente do Setor Financeiro, mas por toda área Administrativa e Jurídica. Grato pelo trabalho de excelência”!



Grupos de Trabalho

Servidores do Gabinete e das seis Divisões da Cage participaram, formalmente, em 2020, de 40 colegiados, entre Câmaras, Comissões, Comitês e Conselhos, sendo a maioria deles denominados Grupos de Trabalho (GT's). Além de propiciar a interação e troca de conhecimento, destinam-se, sobretudo, à proposição de soluções e inovações com o propósito de qualificar o processo, a gestão e a transparência no uso do recurso público, através da implantação ou modernização de normativos, do aprimoramento de sistemas, de ferramentas de controle e da tecnologia da informação e comunicação. São formações permanentes e transitórias (20 internas e 20 externas), em que servidores participam na condição de membros titulares e suplentes ou como representantes de órgãos e/ou instituições das esferas estaduais e federais.

Internos

- **Comissão de Controle de Uso de Veículo Particular da Secretaria da Fazenda**
Deliberar sobre assuntos referentes à utilização de veículo particular.
- **Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Auditores do Estado**
Deliberar sobre assuntos relacionados ao Estágio Probatório dos Auditores do Estado.
- **Comissão de Promoções da carreira de Auditor do Estado**
Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditor do Estado.
- **Comissão de Promoções da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Estadual**
Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditores-Fiscais da Receita Estadual.
- **Comissão de Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual**
Deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual.
- **Comissão Setorial do Estágio Probatório da Secretaria da Fazenda**
Aplicar os procedimentos de avaliação e acompanhamento do Estágio Probatório dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda.
- **Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis da Secretaria da Fazenda**
Bens imóveis inservíveis da Administração Pública Estadual.
- **Comitê de Controle da Secretaria da Fazenda**
Avaliar, registrar e propor as necessárias medidas à execução da Lei Complementar 10.933 de 97 (PPE).
- **Comitê de Controle e Acompanhamento das Gratificações de Substituição**
Orientador e de uniformização de procedimentos acerca das Gratificações de Substituição.
- **Comitê de Priorização de Projetos de TI**
Avaliar e deliberar acerca da prioridade de execução dos projetos de TI que compõem o portfólio do Órgão
- **Conselho Superior da CAGE**
Competências relacionadas na LC 13.451, Art. 8º.
- **GGTI - Grupo Gestor de Tecnologia da Informação**
Definir as estratégias, as diretrizes e as orientações para aplicação da política de TIC-RS e o regramento e as recomendações para o desenvolvimento das ações de TIC no âmbito da SEFAZ.
- **GT Plano CAGE**
Prestar apoio à equipe diretiva da CAGE no que se refere ao Planejamento Estratégico.
- **GT EFD-Reinf**
Implantar a EFDReinf no Estado do Rio Grande do Sul.
- **GT Convênios, Parcerias e Congêneres**
Proceder à atualização e à operacionalização das Parcerias, dos Convênios, dos Termos de Cooperação, dos Termos de Compromisso, e dos Acordos de Cooperação Técnica, com vistas a estabelecer procedimentos uniformes relativos aos ajustes firmados pela Administração Pública Estadual.

Grupos de Trabalho

- **GT BI - Grupo de Trabalho de Business Intelligence**
Alinhar esforços para implantação e melhoria nos serviços de Big Data, Business Intelligence, Machine Learning, Inteligência Artificial e tecnologias relacionadas.
- **GOTI - Grupo Operacional de Tecnologia da Informação**
Tratar de assuntos operacionais de Tecnologia da Informação no âmbito da Sefaz.
- **GT Cartão de Pagamento**
Elaborar e propor projeto com vistas à implantação do uso de cartão de pagamento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.
- **GT Integridade**
Realizar estudos para sistematização e proposta de normatização de parâmetros uniformes para a avaliação de que trata o art. 12, parágrafo único, do Decreto nº 54.581/2019.
- **GT LGPD**
Adequação da Sefaz à Lei Geral de Proteção de Dados.

Externos

- **ENCCLA 2021 – Ação 7**
Padronização do formato das publicações de atos envolvendo licitações/dispensas e contratos e possibilidades de uso das informações.
- **CTCONF - Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação**
Subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas.
- **CMRI/RS - Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Rio Grande do Sul**
Decidir, no âmbito da Administração Pública Estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas entre outras competências.
- **CETIC - Comitê Executivo de Tecnologia de Informação e Comunicação**
Apoiar ao CGTIC no fomento à aplicação dos princípios norteadores e persecução dos objetivos da Política de TIC-RS, analisar a conformidade aos padrões de governança e técnicos, emitir recomendações e determinar ações quanto à aplicação da Política de TIC-RS.

- **CIT - Comitê Integrado de Transparência (integrante do Sistema de Governança e Gestão)**
Deliberar sobre as políticas de transparência governamental do Estado do Rio Grande do Sul.
- **Comitê de Implantação e de Manutenção do Módulo de Gestão de Contratos Públicos (GCP) do Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) - Grupo Gestor de Projetos**
- **CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno**
Desenvolvimento de uma atuação mais eficaz no controle da gestão pública.
- **GEFE/RS - Grupo Estadual de Educação Fiscal**
Trabalhar no estado a conscientização da função social do tributo, a participação do cidadão, o controle social e a transparência, mostrando a relação direta que há entre tributos e os serviços prestados.
- **GA NBCASP/CFC - Grupo Assessor de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**
Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- **GI Contratações Emergenciais COVID-19**
Realizar levantamento de dados relacionados a contratações emergenciais, a doações e a demais ações vinculadas ao COVID-19, para fins de Transparência.
- **GT SGO - Sistema de Gestão de Obras**
Apoiar e viabilizar a implantação do Sistema de Gestão de Obras - SGO, na Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano - SOP
- **GT GCE - Gestão de Compras do Estado**
Dar suporte à implantação do Sistema Gestão de Compras do Estado - GCE.
- **GT GCP - Sistema de Gestão de Contratos Públicos**
Reavaliar o fluxo de dados, as funcionalidades, as integrações e as competências propostas para o Sistema de Gestão de Contratos Públicos - GCP - e apresentar um plano de trabalho para a implantação efetiva do Sistema.

Grupos de Trabalho

- **GTCON/RS - Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul**
Promover a integração de esforços e a discussão de medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública estadual.
- **GT Lei 15.228/2018 (Lei Anticorrupção Estadual)**
Proceder estudos com vistas à regulamentação da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018.
- **GT Revisão Legal Projeto Descomplica/RS**
- **GT BIMGov-RS**
Implantar a Estratégia BIMGov-RS
- **GT Plano de Integridade**
Estabelecer normativas e princípios gerais, a fim de nortear os órgãos do Poder Executivo Estadual na confecção de seus programas de integridade.
- **Programa SUSTENTARE**
Tratar da destinação e do descarte de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do RS.
- **SIC - Serviço de Informação ao Cidadão**
Assegurar o direito fundamental de acesso à informação que deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes estabelecidas no Decreto 49.111 de 2012.

Cage no Conaci

A Cage, representada pelo contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva Meira, integra o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), formado por representantes de órgãos de controle interno de estados e municípios brasileiros.

Devido à pandemia, as tradicionais reuniões técnicas do Conaci, à exceção da primeira realizada em março, migraram para o ambiente virtual. Da mesma forma, o XVI Encontro Nacional de Controle Interno promovido pelo Conaci e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Sobre

O Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) promove a integração dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, estados e o país. Atua por meio do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, exercendo um papel mobilizador fundamental para a construção de uma gestão pública mais eficiente e assertiva, criando e promovendo sistemas de controle.

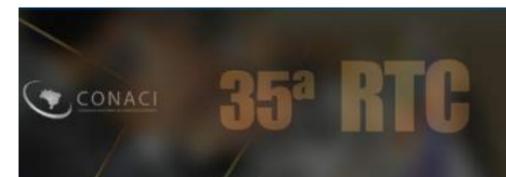
34ª RTC

12 e 13 de março
Local: Vitória/ES



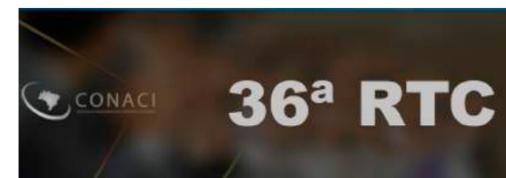
35ª RTC

6 de agosto
Modalidade: virtual



36ª RTC

15 e 16 de dezembro
Modalidade: virtual



XVI Encontro Nacional de Controle Interno

Ciclo de debates virtuais realizado entre os dias 8 e 24 de setembro de 2020



Cage e Conaci

As iniciativas compartilhadas, em 2020, consolidaram ainda mais a parceria Cage e Conaci. Na condição de signatária da campanha “Não existe Gestão sem Controle”, lançada em outubro de 2020 pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a Cage uniu-se à mobilização nacional para conscientizar gestores públicos e à sociedade para a importância do controle interno. A segunda fase da campanha nacional, divulgada em dezembro de 2020, foi dirigida à conscientização de gestores municipais, à luz das eleições de outubro. Entre as ações realizadas pelo Conaci e divulgadas nos canais de comunicação da Cage destacaram-se:

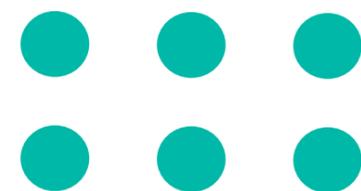
- Webinar: atualização do modelo de 3 linhas: Performance, Controle e Governança
- 1º Concurso Nacional de Artigos Científicos sobre o tema: Controle Interno - desafios e perspectivas para o século XXI
- Webinar “Nova Lei de Licitações: o que muda nas compras públicas”?

Realizações do ano

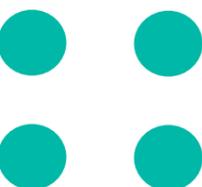
- Conclusão da fase de pesquisa, consolidação dos resultados e elaboração do Diagnóstico Nacional do Controle Interno, em parceria com o Banco Mundial;
- Desenvolvimento do projeto Fortalecendo o Controle Interno e Externo na Amazônia, parceria entre a Secretaria de Transparência e Controle e o movimento Transparência Internacional (TI);
- Participação ativa nas ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA);
- Promoção de consultorias do modelo IA-CM para cinco órgãos, com o apoio do Banco Mundial, e lançamento do Fórum de Discussão do IA-CM;



- Recepção de dois novos membros titulares (controladorias de Palmas/TO e Cuiabá/MT) e de nove novos membros associados (controladorias de Contagem/MG, Barra Mansa/RJ, Itabirito/MG, Uberaba/MG, Cabo de Santo Agostinho/PE e Londrina/PR);
- Participação em diversas reuniões do Pempal (*Public Expenditure Management Peer Assisted Learning*), bem como tradução de seis manuais disponibilizados pela Rede;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Rui Barbosa (IRB);
- Instituição de Câmaras Técnicas, e desenvolvimento do Banco do Conhecimento.



Transparência e Controle Social



RS Contábil

O mais recente informativo da Cage, o RS Contábil, lançado em janeiro de 2020, tem por objetivo destacar de forma simples e gráfica os principais dados constantes em demonstrações contábeis e fiscais do Estado. Os indicadores são extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), publicados no Diário Oficial do Estado (DOE). Dados comparativos do exercício atual em relação ao anterior constituem a publicação mensal organizada pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC/Cage).

Gráfico da Receita Mensal, referente ao ano de 2020, demonstrando o efeito da pandemia no setor econômico e consequentemente na arrecadação do Estado.



Dezembro de 2020

RS CONTÁBIL

Números apresentados em milhões de reais acumuladamente até o mês de referência

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

59.886,0	63.960,6
Receita	Receita
- 63.318,5	- 64.557,9
Despesa	Despesa
=	=
-3.432,5	-597,3

OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
-232,0 173,4

RESULTADO SEM OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
-3.200,5 -770,7

● = 2019 ● = 2020

RESULTADO PRIMÁRIO

METODOLOGIA NOVA
(REGIME DE CAIXA E SEM OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS)

43.444,2	46.785,0
Receita	Receita
- 42.774,9	- 43.920,1
Despesa	Despesa
=	=
669,4	2.864,9

● = 2019 ● = 2020

METODOLOGIA ANTIGA
(REGIME ORÇAMENTÁRIO MISTO)

58.533,6	62.543,2
Receita	Receita
- 58.970,8	- 60.194,0
Despesa	Despesa
=	=
-437,1	2.349,2

● = 2019 ● = 2020

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
(REGIME FINANCEIRO)

4.865,8	7.090,9
Receita	Receita
- 16.913,4	- 17.030,1
Despesa	Despesa
=	=
-12.047,7	-9.939,1

● = 2019 ● = 2020

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
(FUNDOPREV)

864,0	584,4
Receita	Receita
- 11,9	- 4,5
Despesa	Despesa
=	=
852,1	579,9

● = 2019 ● = 2020

DESPESA COM SAÚDE

4.242,0	4.298,5
%RLIT 12,15%	12,14%

Mínimo Constitucional 12%

● = 2019 ● = 2020

DESPESA COM EDUCAÇÃO

9.534,9	9.952,3
%RLIT 27,32%	28,12%

Mínimo Constitucional 25%

● = 2019 ● = 2020

DESPESA COM SEGURANÇA

11.453,3	10.690,6
%RLIT 32,81%	30,21%

Mínimo Constitucional 25%

● = 2019 ● = 2020

COMPROMETIMENTO DA RLIT

Outros 24,53%
Saúde 12,14%
Educação 28,12%
Segurança 30,21%

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)
COMPREENDE OS ÚLTIMOS 12 MESES

39.779,4	42.073,5
----------	----------

● = 2019 ● = 2020

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

34.905,1	35.389,8
----------	----------

● = 2019 ● = 2020

RECEITA MENSAL (EM BILHÕES DE R\$)

DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO/RCL

Percentual atingido

Limite Máximo - 49,00%	45,60%
Limite Prudencial - 46,55%	45,26%

3º Quad/2019 1º Quad/2020 2º Quad/2020 3º Quad/2020

MELHORA NO RESULTADO PRIMÁRIO

R\$ 2,2 bi

ARRECADADA LÍQUIDA ICMS MÊS DE DEZEMBRO

R\$ 2,4 bi (2019) vs **R\$ 2,2 bi** (2020)

DECRESÇIMENTO NO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (PLANO FINANCEIRO)

R\$ 2,1 bi

DÍVIDA NÃO PAGA EM 2020 (LIMINAR STF)

3,5 bi (R\$ 11,1 BI DESDE 2017)

DÍVIDA CONSOLIDADA EM DEZ/2020

R\$ 93,3 bi (221,81% DA RCL)

accesse a integra

cage.fazenda.rs.gov.br

Fonte: RREO e RGF

Portal Transparência RS

Mais de meio milhão de usuários no mundo acessaram o Portal Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (www.transparencia.rs.gov.br) em 2020. Número recorde pelo segundo ano consecutivo, com aumento de 72,5% em relação ao ano de 2019, quando foram contabilizados 370.706 usuários.



Sobre

Criado para atender a demanda da sociedade por informações sobre a gestão pública, conforme determinação constitucional e legal, o Portal Transparência RS possibilita ao usuário consultar análises, contratos assinados pelo Poder Executivo e os dados abertos (em formato bruto), permitindo a utilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade. A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI/Cage) é responsável por viabilizar e disponibilizar dados e informações no Portal Transparência RS.

Transparência Covid-19 no RS

A Cage participa, no âmbito do Comitê Integrado de Transparência (CIT) - que é integrante do Sistema de Governança e Gestão – do Grupo de Trabalho Transparência responsável pelo levantamento dos dados relacionados à Covid-19 no Estado.

No 4º Ranking de Transparência no combate à Covid-19 por estados e capitais, com dados de agosto de 2020, o Rio Grande do Sul atingiu 96 pontos, de uma escala máxima de 100, obtendo o conceito de "ótimo" na classificação da Transparência Internacional Brasil. Na escala geral, o Rio Grande do Sul está em 9º lugar, com a maior pontuação entre os estados da Região Sul. O Governo Federal alcançou 71 pontos.

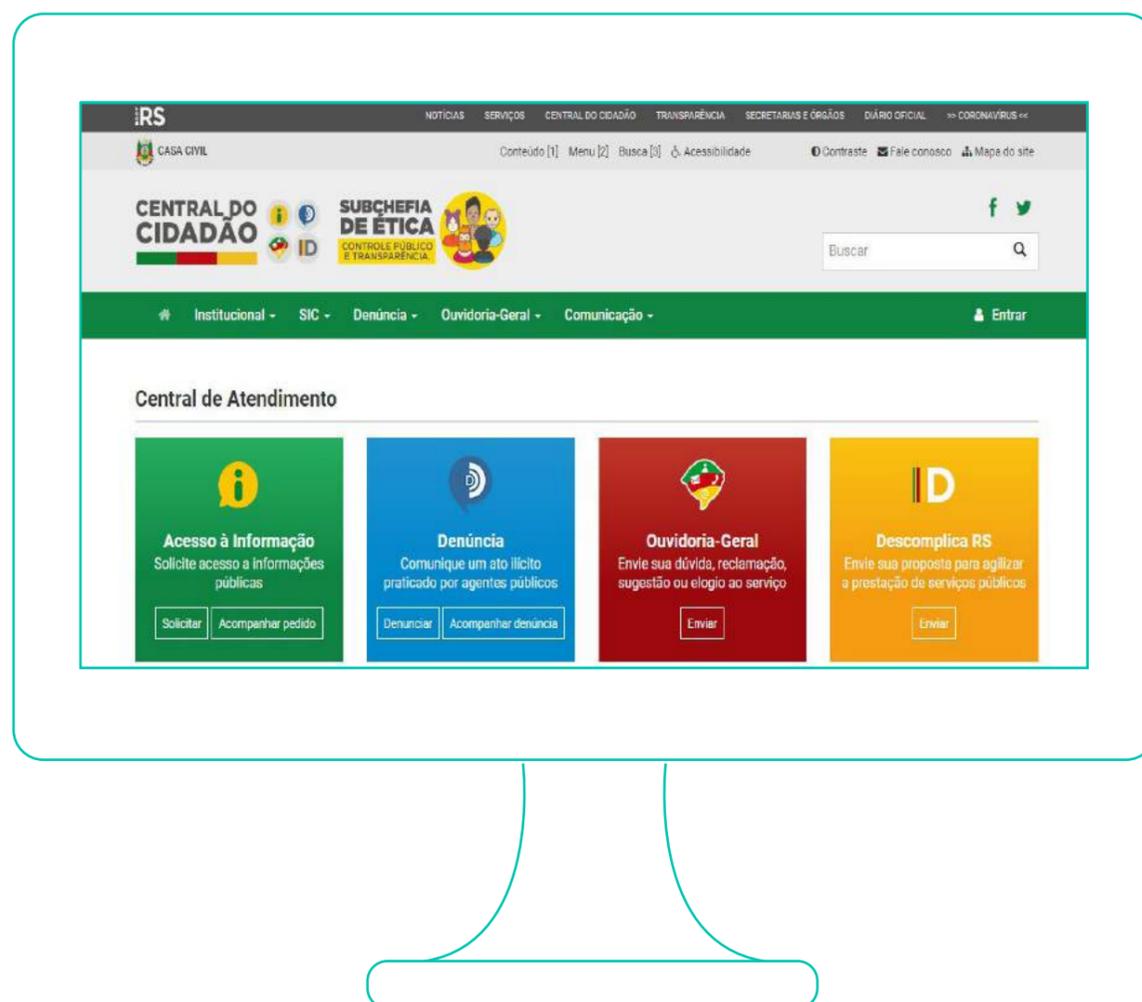


Fonte: Transparência Internacional Brasil

1º ALAGOAS	100 PTS	ÓTIMO
1º CEARÁ	100 PTS	ÓTIMO
1º ESPÍRITO SANTO	100 PTS	ÓTIMO
1º RONDÔNIA	100 PTS	ÓTIMO
5º AMAPÁ	99 PTS	ÓTIMO
5º MATO GROSSO DO SUL	99 PTS	ÓTIMO
7º TOCANTINS	98 PTS	ÓTIMO
8º DISTRITO FEDERAL	97 PTS	ÓTIMO
9º MINAS GERAIS	96 PTS	ÓTIMO
9º RIO GRANDE DO SUL	96 PTS	ÓTIMO
11º PERNAMBUCO	95 PTS	ÓTIMO
12º MARANHÃO	91 PTS	ÓTIMO
13º PARANÁ	89 PTS	ÓTIMO
14º GOIÁS	88 PTS	ÓTIMO
15º AMAZONAS	87 PTS	ÓTIMO
15º BAHIA	87 PTS	ÓTIMO
17º MATO GROSSO	85 PTS	ÓTIMO
18º SÃO PAULO	82 PTS	ÓTIMO
19º PARAÍBA	80 PTS	ÓTIMO
21º PARÁ	72 PTS	BOM
22º RORAIMA	71 PTS	BOM
23º SANTA CATARINA	68 PTS	BOM
24º SERGIPE	66PTS	BOM
25º RIO DE JANEIRO	61 PTS	BOM
26º PIAUÍ	49 PTS	REGULAR
27º ACRE	38 PTS	RUIM

Lei de Acesso à Informação

Gestor da Cage responsável por assuntos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI) atendeu a 24 demandas de acesso à informação requeridas, em 2020, por meio do endereço eletrônico (www.centraldeinformacao.rs.gov.br/inicial). Na condição de representante da Secretaria da Fazenda, a Cage participou de cinco reuniões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI/RS), a quem compete decidir, no âmbito da administração pública estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, e avaliar recursos de interessados que não tiveram atendidas as suas solicitações.

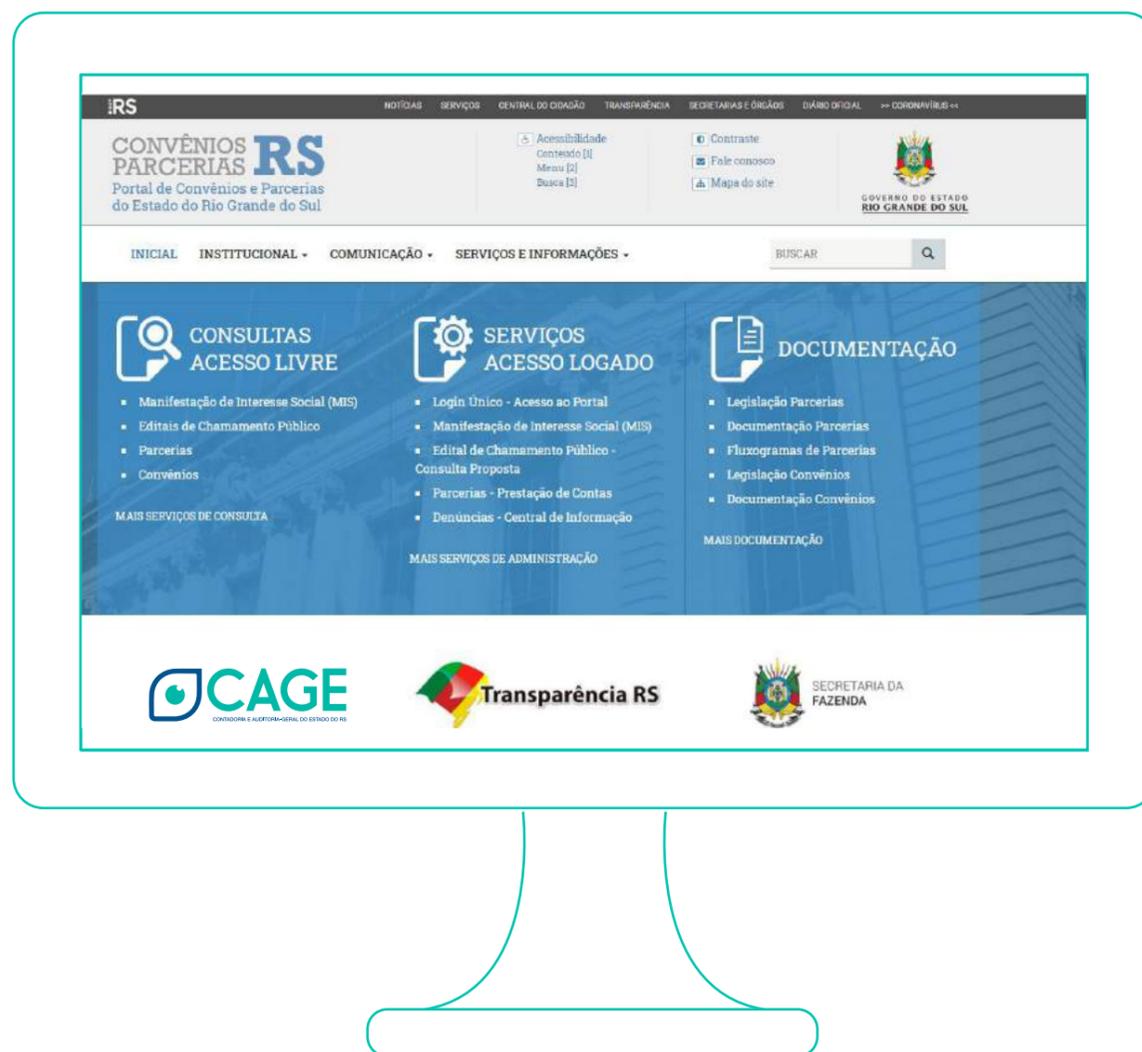


Sobre

A Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527) foi criada em 18 de novembro de 2011 para regular o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

Portal Convênios e Parcerias RS

O Portal Convênios e Parcerias RS é uma ferramenta de gestão que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias celebradas pelo Estado, por meio de suas secretarias e entidades, com municípios e organizações da sociedade civil. O gerenciamento do Portal é realizado pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI/Cage). Além de oferecer serviços de administração restritos ao usuário com login e senha e aba para acesso a documentos e legislações específicas, o Portal também dispõe de espaço livre para consultas sobre editais de chamamento público, parcerias e convênios, entre outras opções.



PÁGINA	VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA	PORCENTAGEM DE VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA
Inicial	19.834	41,18%
Prestação de Contas Parcerias	14.274	29,64%
Consultar chamamento	2.474	5,14
Consultar parcerias firmadas	2.074	4,31%
Outros	4.969	19,73%

Sobre

Ao disponibilizar dados referentes aos convênios e parcerias firmados pelo Estado, o Portal Convênios e Parcerias se fortalece enquanto ferramenta de transparência e controle social, através do qual é possível acompanhar, prioritariamente, a execução de tais instrumentos em que o Estado atua como repassador de recursos. Além de ser um canal para divulgação dos editais de chamamento.

Convênios e Parcerias

Foram celebradas e cadastradas no sistema **198 novas parcerias** em 2020. Juntas elas somam mais de R\$ 84 milhões - recurso descentralizado e destinado para execução dos seguintes programas, ordenados pelo volume de investimentos recebidos:



Aperfeiçoamento do sistema de Convênios e Parcerias

- Versão que permite a pesquisa de parceria celebrada com dispensa ou inexigibilidade de Chamamento Público no Portal de Convênios e Parcerias RS;
- Versão que possibilita gerar arquivo das despesas realizadas na prestação de contas das parcerias em formato (pdf).

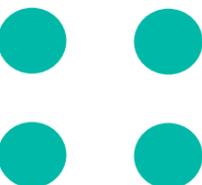
Administração Pública	Parceiro	Programa
Secretaria da Cultura RS	Fundação Marcopolo	Fazer e Viver a Cultura no RS
Secretaria da Cultura RS	Associação de Desenvolvimento Social do Norte	Fazer e Viver a Cultura no RS
Secretaria da Cultura RS	Instituto Trocando Ideia de Tecnologia Social	Fazer e Viver a Cultura no RS
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	União Brasileira de Vitivinicultura	Novos Negócios e Comercialização
Secretaria da Cultura RS	Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo	Educação para nova economia

Sobre

O sistema de parcerias foi vinculado, em 2019, ao sistema de edital de chamamento público com o propósito de qualificar o controle e simplificar o processo para o usuário. A partir da mudança ficou estabelecido que todas as parcerias devem nascer de um edital ou de casos previstos como dispensa ou inexigibilidade de chamamento público.



Comunicação



Assessoria de Comunicação

A contratação de assessoria especializada, composta por uma jornalista e um designer, no 1º trimestre de 2020, deu início à estruturação do processo formal de comunicação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage). O investimento da atual gestão, garantindo a realização, considerou o anseio do seu quadro de pessoal manifestado durante revisão do Planejamento Estratégico, por meio do qual, posteriormente, foram consolidadas as novas diretrizes comunicacionais da Cage. A AscomCage tem por propósito atender a demanda do Órgão em comunicar amplamente seus atos para seus públicos de interesse (interno e externo), visando tornar os benefícios gerados por sua atuação conhecidos da administração pública e da sociedade gaúcha.

Realizações

- Alinhamento e planejamento de ações estratégicas de comunicação;
- Redefinição da identidade visual;
- Criação de novos produtos;
- Desenvolvimento de novos leiautes;
- Início da modernização visual do site da Cage.

Produtos

As peças criadas a partir da implementação da AscomCage estão reunidas no portfólio de Comunicação da Cage. A série Benefícios Gerados – demonstrativo mensal que apresenta a síntese dos resultados financeiros e não financeiros decorrentes da atuação das equipes da Cage - se consagrou como a principal entrega de 2020. A peça, lançada no primeiro semestre, foi criada para dar maior visibilidade, transparência e alcance aos benefícios gerados pela ação preventiva do órgão central de controle do Estado.

SÉRIE BENEFÍCIOS GERADOS
Cage | Ano 1 | Número 8 | Dezembro de 2020

RESULTADO SUPERIOR A R\$ 90 MIL

Seccional da Cage junto à Secretaria da Educação
R\$ 80.589,29

SECCIONAL DA CAGE JUNTO À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SECCIONAL DA CAGE JUNTO À BRIGADA MILITAR
Suspensão de pagamento continuado indevido: ao analisar minuta de Termo Aditivo para reajuste no valor do serviço de transporte escolar de município da região central do Estado, a Seccional verificou que na proposta apresentada pela empresa os preços do combustível e dos lubrificantes eram incompatíveis com o mercado, bem como o consumo superior ao praticado pela empresa. Após ser informada, a empresa rezeu a proposta, alterando o valor inicial de R\$ 1.697,39 para R\$ 1.397,49 por dia. Considerando 22 dias úteis no mês, a redução diária foi de R\$ 299,92 e a mensal de R\$ 6.598,24. Tendo em vista a retroatividade do Termo Aditivo ao dia 3 de fevereiro de 2020 e a previsão final em 31 de janeiro de 2021, o total economizado ultrapassou R\$79 mil.	Redução nos valores licitados/contratados, mantendo a mesma quantidade e qualidade necessárias de bens e serviços: a Seccional constatou, em duas ações, a cobrança em duplicidade do valor da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os serviços de reforma emergencial do telhado e da tubulação de esgoto do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMFA) executados por microempreendedor individual. Os valores de R\$10.624 e R\$2.754 já haviam sido considerados na proposta da empresa. Com isso, a economia total gerada pela atuação da Seccional superou R\$13 mil.
Elevação da Receita: em outra ação, a Seccional identificou divergência na Prestação de Contas do Programa Estadual do Transporte Escolar (PEATE) de 2017 apresentada por município e homologada pela Seduc. Após informação, o valor não comprovado de R\$ 1.410,41 foi devolvido aos cofres públicos.	SECCIONAL DA CAGE JUNTO À DIVISÃO DE GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO Recuperação de valores pagos indevidamente: a Seccional identificou a cobrança a mais de R\$808,89 no ressarcimento de cedidos do Executivo para a Assembleia Legislativa, ocasionada pela forma como o sistema de cobrança foi parametrizado. Em consequência disso, a guia de 10/2020 não foi paga. Outra guia foi processada com o valor correto.

BENEFÍCIO NÃO FINANCEIRO

SECCIONAL DA CAGE JUNTO À SECRETARIA DA FAZENDA
Medida de aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos: buscando uniformizar a classificação da natureza de despesa com serviços postais a Seccional solicitou à Divisão de Informação e Normalização Contábil (DNC/Cage) a criação de rubrica específica. Diante do novo enquadramento, a Seccional recomendou o estorno de empenhos e a reclassificação dos serviços na natureza de despesa com serviços postais. Essa medida de aperfeiçoamento, além de padronizar processos internos, contribui, especialmente, para o aumento da transparência do gasto público.

A Portaria Cage nº 68/2017 instituiu a sistemática de qualificação, quantificação e registro dos benefícios gerados.

Desenvolvido pelo Gabinete da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Av. Mauá, 1155 - 4º andar - Porto Alegre - RS
Assessoria de Comunicação
E-mail: comunicacao.cage@sefaz.rs.gov.br

CAGE GOVERNO DO ESTADO DO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA

Demonstrativo enviado a todos os servidores da Secretaria da Fazenda e publicado na Intranet.

Assessoria de Comunicação

Foi notícia na Cage!

CAGE Notícias

CAGE inicia processo eleitoral para composição de seu Conselho Superior



CAGE Notícias

Cage Gerencial tem novo painel de monitoramento de comunicados e relatórios de auditorias



CAGE Notícias

Entrega do projeto estratégico MINA viabiliza aumento de produtividade e eficiência das atividades da Cage



CAGE Notícias

Cage aponta irregularidades em contratos firmados entre a Fundação Theatro São Pedro e a Associação de Amigos da instituição



CAGE Notícias

Projeto de Reestruturação da Cage entra na etapa de execução



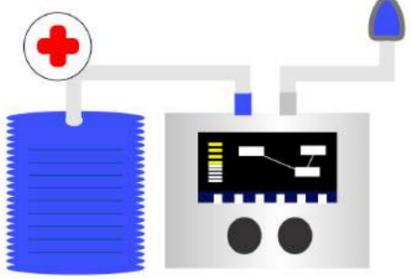
CAGE Notícias

Membros eleitos tomam posse no Conselho Superior da Cage



BENEFÍCIOS GERADOS NOTÍCIAS

Recomendação da Cage evita despesa superior a R\$1,5 milhão com locação de respiradores artificiais



Relatório de Atividades 2019

Síntese das atividades da Cage estão reunidas em publicação digital

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) lançou em 10 de julho, o Relatório de Atividades, relativo ao exercício de 2019. A publicação disponibilizada em formato digital apresenta as principais realizações da Cage em prol da administração pública e da sociedade, no âmbito do planejamento; da inovação e qualificação; da orientação, controle interno, contabilidade e auditoria; e da transparência e controle social.

O Relatório destaca o redirecionamento do planejamento estratégico da Cage em conformidade com os objetivos estratégicos da Secretaria da Fazenda e Governo do Estado para gestão 2019/2022, para os quais a Cage colabora com um portfólio de projetos que visam qualificar a gestão pública a fim de

Assessoria de Comunicação

A premência em sistematizar as ações de comunicação da Cage suscitou o desenvolvimento, ao longo do 2º semestre de 2020, do primeiro Guia de Comunicação Institucional da Cage, desenvolvido em parceria com a Assessoria de Planejamento vinculada ao Gabinete. O produto foi lançado em 2021, por isso não integra este Relatório de Atividades.

Balanco da produção e publicação:

- 40 notícias (número aproximado);
- 3 Boletins Informativos e um Boletim Normativo;
- Avisos no site da Cage;
- Cards (comunicados e comemorativos);
- E-mail marketing;
- Mensagens institucionais;
- Relatório de Atividades 2019;
- Design de nova assinatura de e-mail e criação de papel de parede personalizado; logomarca, ilustrações, leiautes, pictogramas; entre outros.



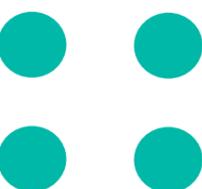
As peças de comunicação produzidas pela AscomCage são divulgadas por e-mail, dependendo da natureza da informação, a todos os servidores da Secretaria da Fazenda ou somente ao quadro da Cage. Seguindo o mesmo critério são publicadas somente na Intranet ou no site da Cage/Sefaz.

Sobre

Cabe ressaltar que a AscomCage não compõe formalmente a estrutura básica da Secretaria da Fazenda. Esta Assessoria vincula-se e responde diretamente ao Gabinete da Cage. No âmbito mais abrangente, a AscomCage participa e colabora como um braço da comunicação da Secretaria da Fazenda do Estado, visando o atingimento dos objetivos compartilhados. No sentido mais específico, por meio da divulgação de seus atos, atua para consolidar a imagem e a função institucional e social da Cage, vislumbrando ser reconhecida pela administração pública e pela sociedade como uma instituição de excelência indutora da boa gestão e promotora de transparência e integridade.



Pessoas



Pessoas

O quadro de pessoal da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é formado por 198 colaboradores, entre servidores, cargos em comissão, terceirizados e estagiários. Em relação ao ano de 2019 houve um decréscimo de 15 profissionais, sendo que 11 integravam a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD). A maioria, o equivalente a 76% dos colaboradores, está lotado nas Divisões de Controle da Administração Direta e Indireta.

OS SERVIDORES ESTÃO DIVIDIDOS EM TRÊS CARGOS PRINCIPAIS:

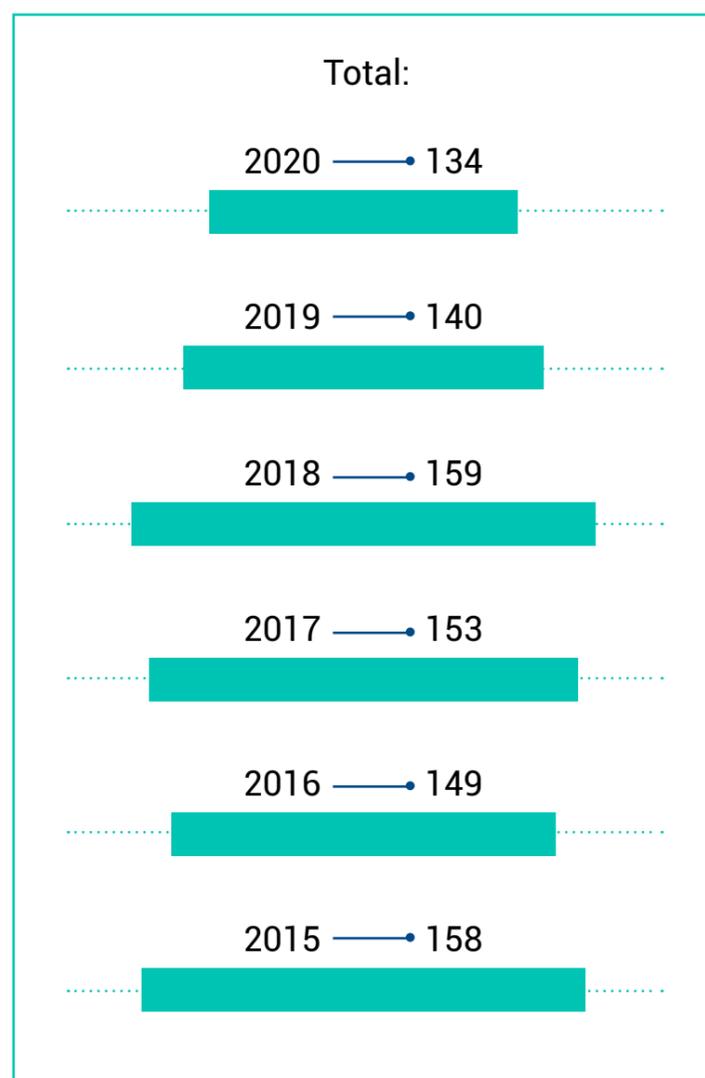


*11 servidores cedidos para cargos de gestão em outros órgãos e poderes

Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Cargos em Comissão	Total	%
Divisão de Controle da Administração Direta	81	33	5	1	120	61%
Divisão de Controle da Administração Indireta	24	6	0	0	30	15%
Divisão de Tecnologia da Informação	10	4	0	0	14	7%
Gabinete da Cage	7	3	0	0	10	5%
Divisão de Estudos e Orientação	6	4	1	1	12	6%
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	6	0	1	0	7	3,5%
Divisão de Informações Estratégicas	4	1	0	0	5	2,5%
Total	138	51	7	2	198	100%

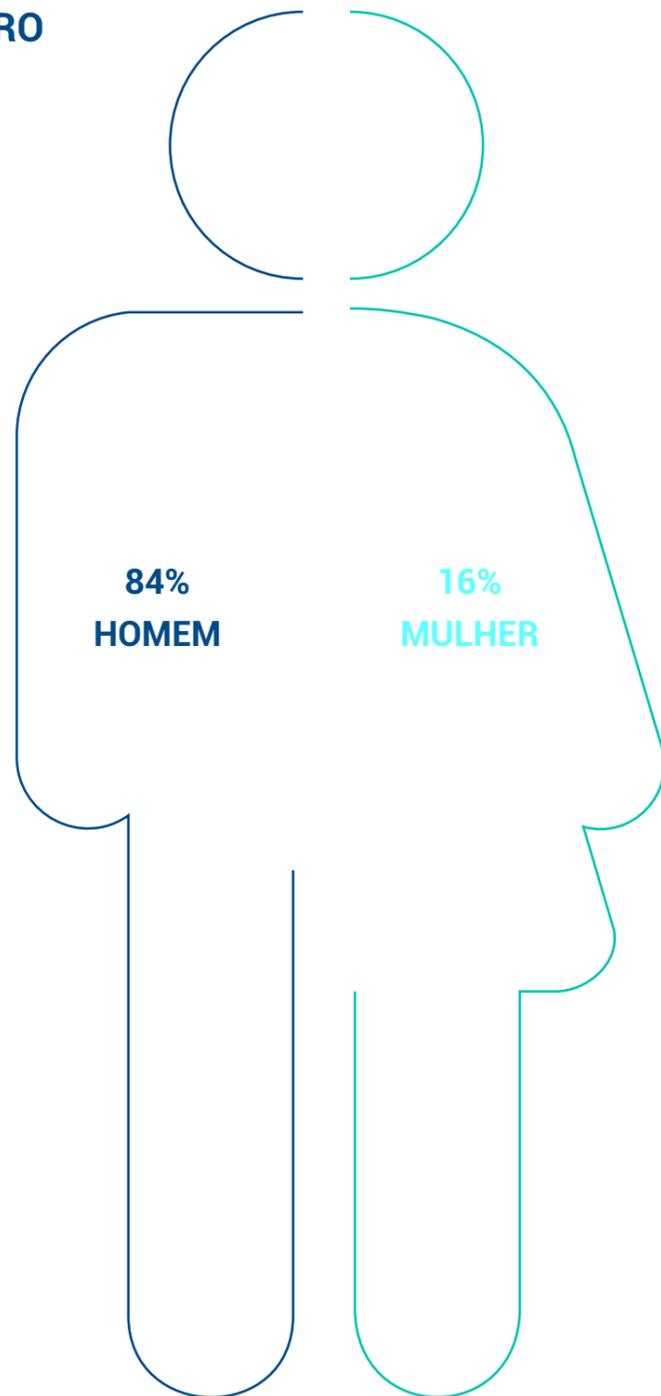
Evolução do Quadro

A Lei Complementar nº 13.451/2010 (Lei Orgânica da Cage) prevê quadro de pessoal formado por 170 auditores. Se considerado o número total de auditores do Estado (AE's) e auditores-fiscais da Receita Estadual (AFRE's), contabilizados até o término de 2020, o percentual de cargos vagos é de 46%. Caso o quadro de auditores fosse formado somente por AE's, a taxa de vacância aumentaria para 60%.

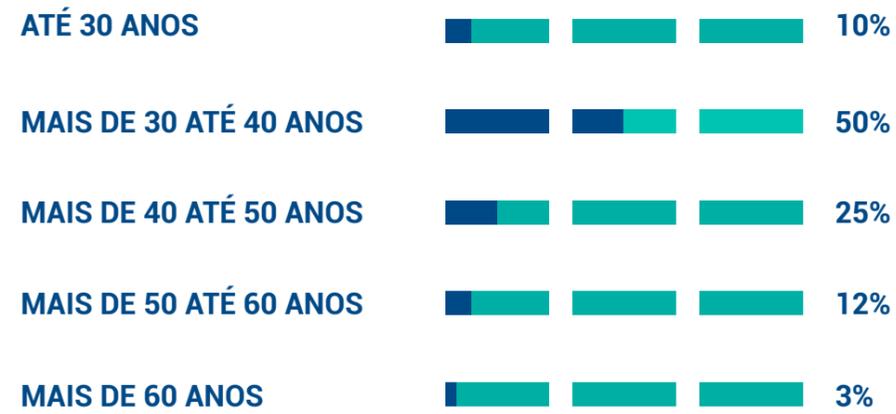


Audidores da Cage

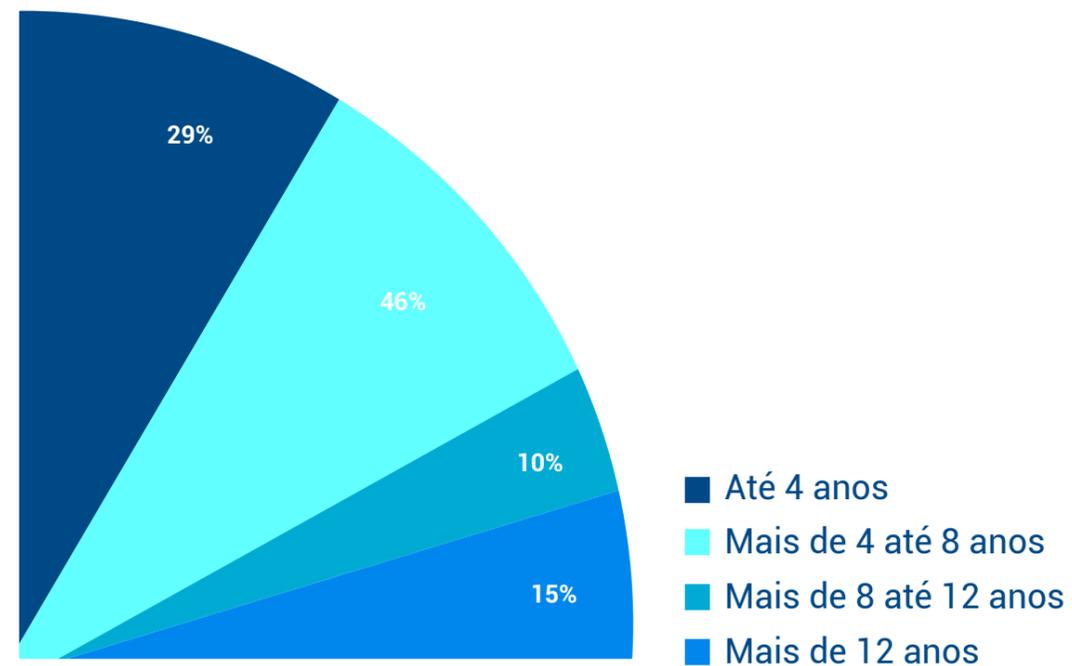
GÊNERO



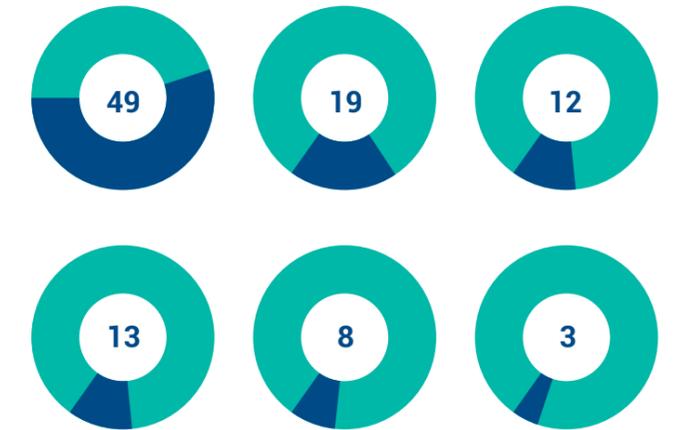
IDADE



TEMPO NA CAGE



FORMAÇÃO



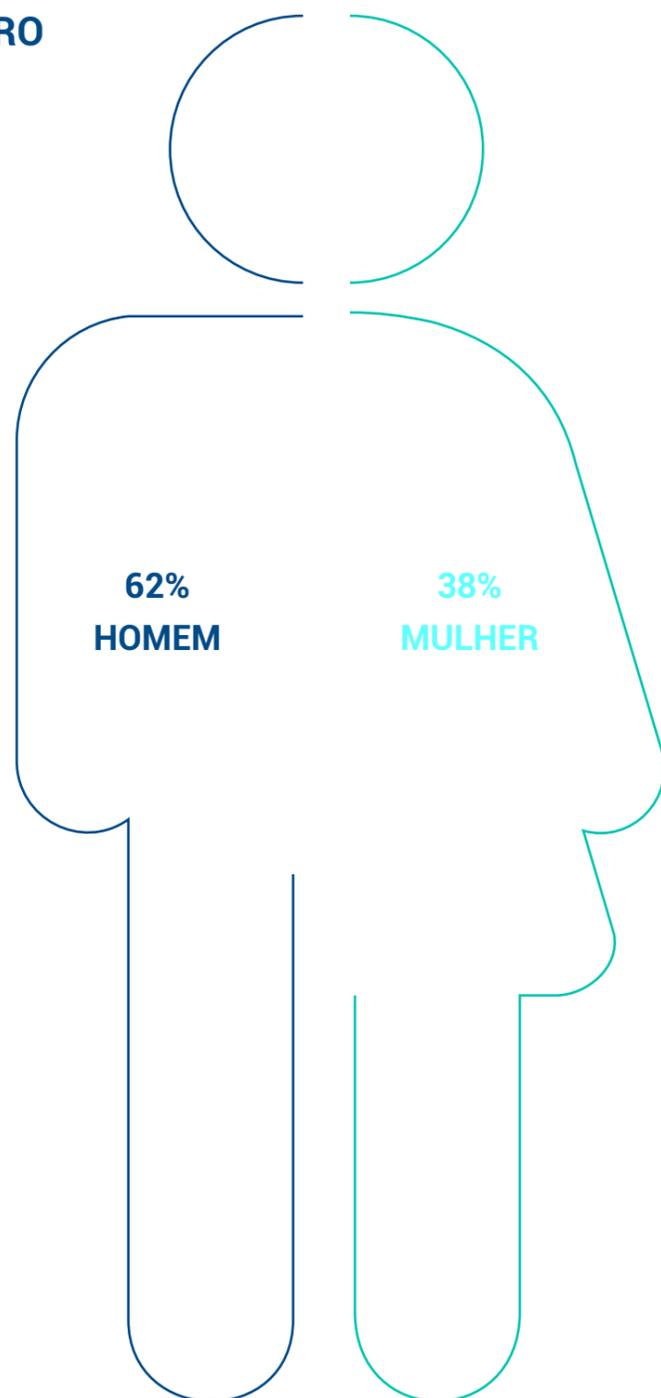
- 49 CONTABILIDADE
- 19 ADMINISTRAÇÃO
- 12 ECONOMIA
- 13 DIREITO
- 8 OUTROS
- 3 ENGENHARIA

23 AEs (25%) possuem mais de uma graduação.

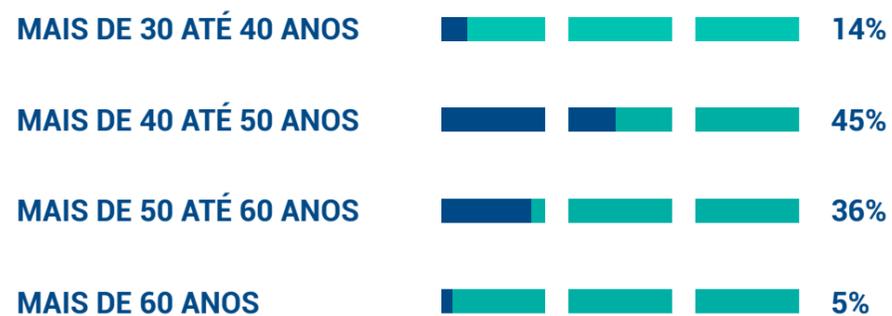
*Auditores com mais de uma formação superior são contabilizados em todos os cursos.

Técnicos da Cage

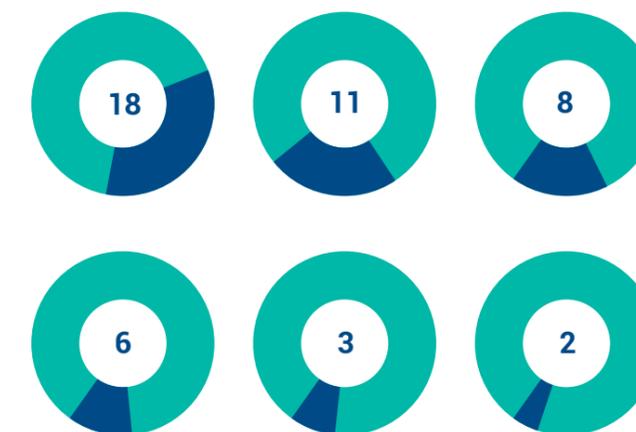
GÊNERO



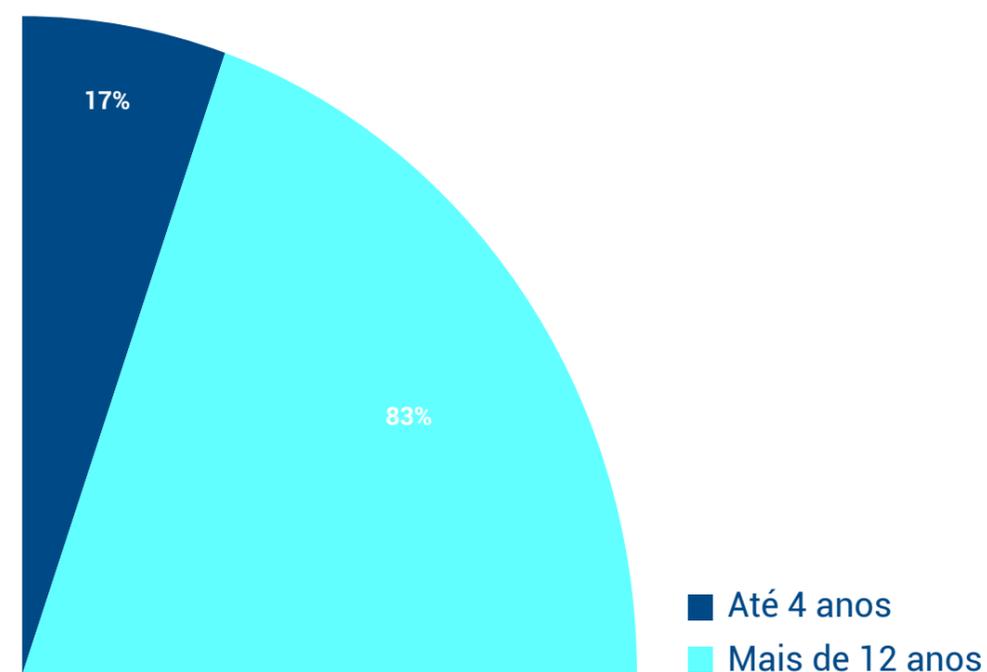
IDADE



FORMAÇÃO



TEMPO NA CAGE



- 18 OUTROS
- 11 CONTABILIDADE
- 8 ADMINISTRAÇÃO
- 6 DIREITO
- 3 ENGENHARIA
- 2 ECONOMIA

9 TTREs (21%) possuem mais de uma graduação.

*Técnicos com mais de uma formação superior são contabilizados em todos os cursos.

Capacitação

Em 2020, 86 servidores da Cage participaram ao menos de um treinamento, sendo os mais frequentes: seminários, webminários, *lives*, entre outros. Embora o número de colaboradores impactados seja menor do que o registrado em 2019 (101 servidores), considerando o trabalho remoto, instituído em março de 2020, todos os demais indicadores apresentaram resultados superiores.

95 Cursos

número 32% maior em relação a 2019

2530 Horas de Treinamento

3 vezes mais horas em relação a 2019

29 horas de treinamento em média por servidor

9 horas a mais em relação a 2019

61% dos servidores receberam algum treinamento em 2020

Finanças Públicas e Contabilidade

30%

Controle Interno e Auditoria

20%

Tecnologia da Informação (TI)

14%

Direito

12%

Gerencial

9%

Outros

9%

Combate à Corrupção, Compliance e Controle Social

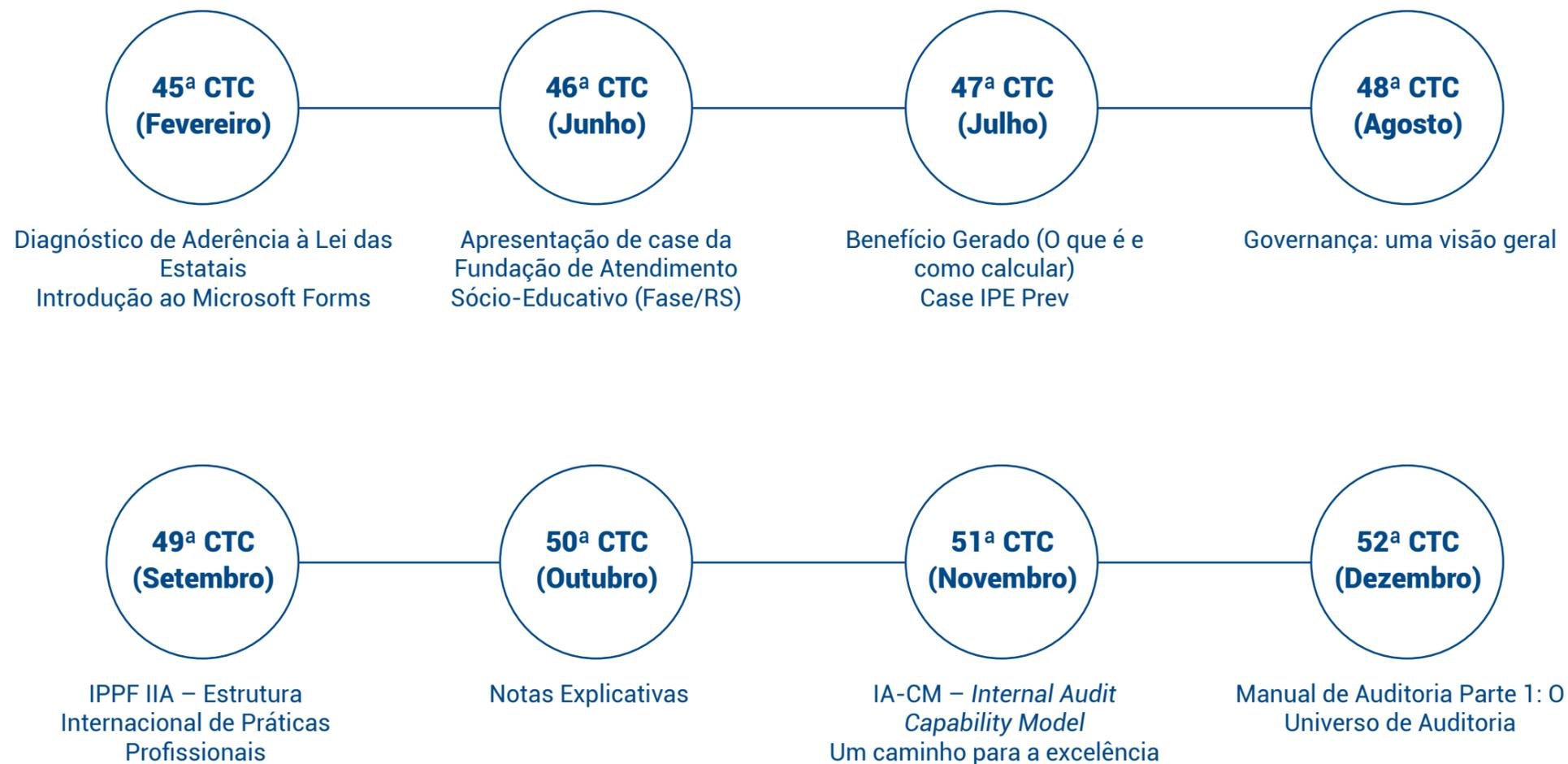
5%

Inovação e Governo Eletrônico

1%

Capacitação Interna

Foram realizados oito encontros virtuais de Capacitação e Transmissão de Conhecimento (CTC's) com média de 18 participantes, entre auditores e técnicos da Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI/Cage), por edição. A finalidade da CTC é o compartilhamento de experiências entre auditores sobre temas relacionados às auditorias realizadas pela Cage, em especial, por meio do estudo de um caso concreto.



Eventos

Resumo dos eventos em que os auditores da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC/Cage) participaram na condição de palestrantes e/ou representantes.

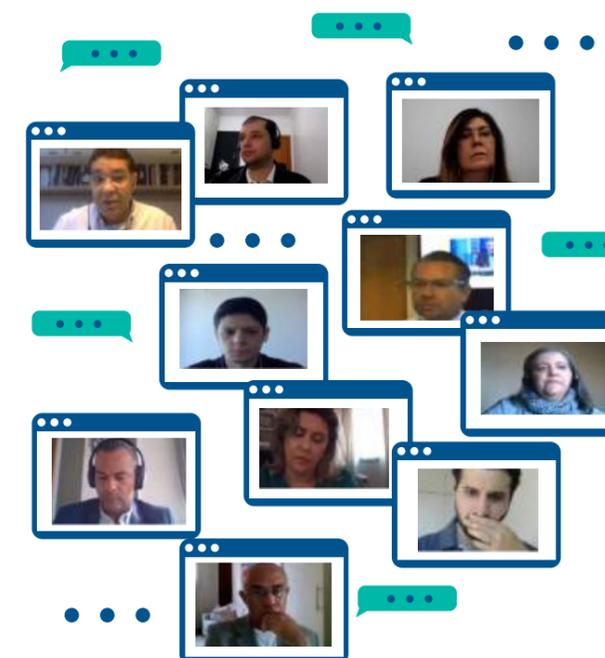
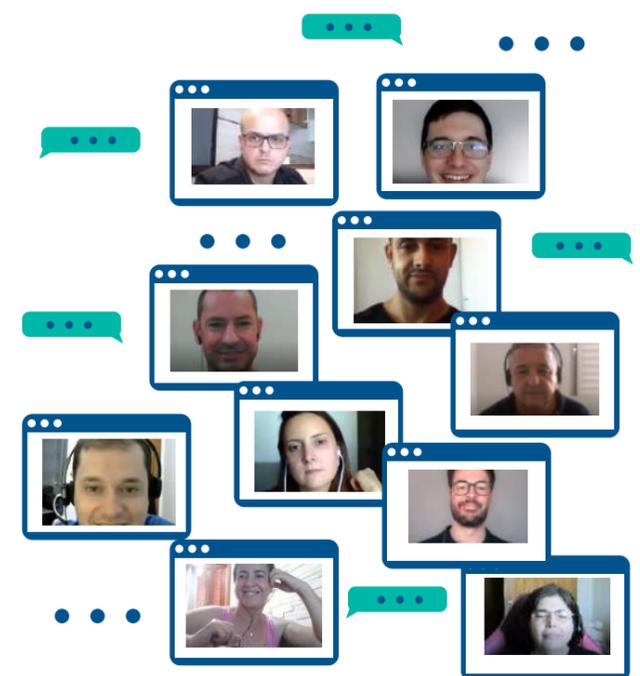
Evento Preparatório de Encerramento do Exercício de 2020

Pela primeira vez, o tradicional evento preparatório de encerramento do exercício, promovido anualmente pela DNC, foi realizado na modalidade virtual. Mais de 60 participantes, entre servidores da Cage e contadores de autarquias e fundações do Estado, assistiram à revisão de procedimentos vigentes, às orientações e informações sobre novos procedimentos previstos para implantação em 2021.

Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

A Cage esteve representada pelo chefe da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC), Felipe Severo Bittencourt, na 28ª reunião da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) realizada virtualmente, em junho de 2020. Foi aprovado no encontro, o novo regime interno da CTCONF, conforme estabelecido no Decreto nº 10.265/2020, que determinou a sua recriação, ressalvada à disponibilização da pauta e de documentos em discussão com no mínimo 30 dias de antecedência, para possibilitar aos demais estados que tenham tempo de apropriarem-se dos temas em tratativa. E, também, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) para 2021 e a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). Em relação ao Pcasp e ao MDF, a Câmara aprovou somente as alterações exigidas pelas novas legislações, às demais propostas foram reprovadas.

A Câmara é responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais que baseiam a consolidação das contas públicas referidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Cage: novas conexões, para novas façanhas

O ano de 2020 entrou para a história, infelizmente por eventos que não gostaríamos que tivessem ocorrido. Não podemos nos furtar, antes de mais de nada, de homenagear todas as vidas que foram perdidas nesse ano, muitas delas de pessoas queridas a nós e a você, leitor, e toda a comunidade médica e científica, que vem enfrentando desafios diários para trazer um pouco de conforto à população.

A nova realidade de vida imposta, repentinamente, mostrou a grande capacidade de adaptação e resiliência do quadro de servidores da Cage com a implantação de uma nova forma de trabalho. E neste cenário desafiante, o papel de extremo relevo que a Cage já possui no Estado foi ampliado através de seu propósito de **"qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol da sociedade gaúcha"**, haja vista que a crise sanitária exigiu do Estado à tomada de ações emergenciais a fim de mitigar os impactos da pandemia na vida de gaúchas e gaúchos.

Mesmo nesta conjuntura de obstáculos inimagináveis adicionados àqueles inerentes a sua atividade em tempos de normalidade, a Cage obteve avanços muito significativos. Apresentamos entregas concretas em nossos projetos estratégicos, nas áreas de ciências de dados, transparência, integridade e *compliance*, controle e prestação de contas da despesa pública. Iniciamos projetos nunca planejados no sentido de buscar a modernização da Cage, com o envolvimento de todos os servidores e ouvindo os gestores públicos. Aprimoramos os processos de auditoria, de qualificação contábil e de controle, através de melhorias nos métodos de trabalho, nos manuais de auditoria, no sistema de finanças pública do Estado (FPE) e de revisões dos relatórios fiscais e gerenciais, entre outras iniciativas. Batemos recordes de benefícios financeiros e não financeiros gerados.

Inegavelmente, 2020 foi de grandes conquistas institucionais e não devemos deixar de valorizar nossas façanhas. Mas, enquanto estas palavras são escritas, já sabemos que o próximo ano seguirá sendo de enormes desafios para o Estado e, ainda, de muito sofrimento para uma parcela da população. Portanto, gostaríamos de desejar muita saúde e força a todos nós e nossas famílias, pois este momento irá passar; e dizer que a Cage continuará aqui, cumprindo com sua missão de **"promover a boa governança dos recursos públicos"**.



